

**Jane Zandomenico**

**PERCEPÇÃO DE RISCOS DE MORADORAS EM ÁREAS SUJEITAS  
A ESCORREGAMENTOS DE ENCOSTAS**

Dissertação apresentada à Universidade  
Federal de São Paulo – Escola Paulista  
de Medicina, para obtenção do título de  
Mestre em Ciências.

São Paulo  
2019

**Jane Zandomenico**

**PERCEPÇÃO DE RISCOS DE MORADORAS EM ÁREAS SUJEITAS  
A ESCORREGAMENTOS DE ENCOSTAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

**Orientadora:**

Profa. Dra. Denise Martin

São Paulo  
2019

Zandomenico, Jane

**Percepção de riscos de moradoras em áreas sujeitas a  
escorregamentos de encostas / Jane Zandomenico.** – São  
Paulo, 2019.  
xii, 94f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São  
Paulo. Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-  
Graduação em Saúde Coletiva.

Título em inglês: Risk perception of residents in areas  
subject to slope landslides.

1. Desastres naturais. 2. Percepção de risco. 3. Saúde  
coletiva. 4. Antropologia.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA**

**DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SAÚDE COLETIVA**

Chefe do Departamento: Profa. Dra. Rosemarie Andreazza

Coordenadora do Curso de Pós-graduação: Profa. Dra. Zila Van Der Meer Sanchez

**Jane Zandomenico**

**PERCEPÇÃO DE RISCOS DE MORADORAS EM ÁREAS SUJEITAS  
A ESCORREGAMENTOS DE ENCOSTAS**

Presidente da banca:

Profa. Dra. Denise Martin

Banca examinadora:

Profa. Dra. Mary Jane Paris Spink

Profa. Dra. Silvia Regina Viodres Inoue

Profa. Dra. Patricia Martins Montanari

Suplente:

Prof. Dr. Cássio Silveira

## Dedicatória

*Aos meus pais.*

## **Agradecimentos**

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Denise Martin, primeiramente por ter me aceitado com orientanda, possibilitando-me o acesso ao mundo acadêmico do qual eu estava afastada há muitos anos, e segundo, por ter compreendido e me auxiliado em minhas dificuldades. Este não foi um caminho fácil.

Tive a satisfação de poder contar com inúmeras pessoas que acompanharam minha trajetória. Dentre elas, meu marido, Ricardo Wallach e a minha filha, Fabiana Cândido Zandomenico, que entenderam minhas ausências e torceram por mim.

Ao meu amigo e colega de trabalho, o Pesquisador Rodolfo Moreda Mendes, por ter compartilhado seu conhecimento adquirido por anos dedicados à pesquisa e a trabalhos de campo em áreas sujeitas a escorregamento de encostas.

Àqueles que me ajudaram a me aproximar do campo e que possibilitaram a realização desta pesquisa: minha colega de mestrado, Olívia Félix Bizetto; Sra. Marli de Souza Ferronato, da Secretaria de Saúde de São José dos Campos; Sr. Oswaldo Huruta, Secretário da Saúde; Sra. Paula Ribeiro, enfermeira da Unidade Básica de Saúde do Buquirinha, que em meio a um dia atribulado de trabalho, foi muito gentil em me receber e reunir-me com a equipe de agentes comunitários de saúde, e especialmente, às agentes Tatiane e Luana, que me apresentaram o bairro e possibilitaram meu acesso às entrevistadas e às suas casas.

Finalmente, meus agradecimentos às senhoras entrevistadas, que permitiram que eu, uma “forasteira”, entrasse em suas casas, presenteando-me com seu tempo e suas histórias sem me pedir nada em troca.

## Sumário

Dedicatória .....	v
Agradecimentos .....	vi
Lista de figuras .....	ix
Lista de siglas .....	x
Resumo .....	xi
Abstract .....	xii
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 Introdução ao tema .....	2
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>4</b>
2.1 Objetivo geral.....	5
2.2 Objetivo específico.....	5
<b>3 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>6</b>
3.1 Desastres naturais: infortúnio ou fenômeno social? .....	7
3.2 As desigualdades sociais e as vulnerabilidades.....	11
3.3 Risco existente e risco percebido.....	15
3.4 A cultura e a percepção de riscos.....	20
3.5 Os desastres naturais no contexto brasileiro.....	24
<b>4 MÉTODOS.....</b>	<b>29</b>
4.1 Método de abordagem.....	30
4.1.1 Local do estudo .....	30
4.1.2 A presença da pesquisadora no campo.....	31
4.1.3 Procedimentos éticos.....	33
4.2 Análise dos dados.....	33
4.3 Algumas informações sobre a cidade de São José dos Campos .....	34
4.3.1 O mapeamento de risco no local da pesquisa .....	36
4.3.2 Caracterização do local da pesquisa .....	39
4.4 Caracterização dos participantes .....	43
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>44</b>
5.1 O contexto sociocultural das moradoras .....	45
5.1.1 Condições socioeconômicas e acesso ao lazer .....	47
5.1.2 A construção da casa .....	48
5.1.3 Dinâmica familiar e comunitária .....	53



5.1.4 Infraestrutura pública e saúde.....	56
5.1.5 Percepção da violência e a violência .....	62
5.1.6 Migrações .....	65
5.1.7 Sugestões ao Poder Público.....	66
5.2 O lugar do risco ambiental: os escorregamentos de encostas .....	67
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>82</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>

## **ANEXOS**

## **APÊNDICES**

Bibliografia consultada

## Lista de figuras

Figura 1. Mapa de São José dos Campos. ....	35
Figura 2. Imagem de satélite do bairro Buquirinha I. ....	38
Figura 3. Mapeamento das áreas de Risco muito alto – R4 no bairro Buquirinha II. ....	39
Figura 4. Foto da placa de advertência instalada pela Prefeitura. ....	40
Figura 5. Foto da rua da moradora E1. ....	41
Figura 6. Foto da rua da moradora E3. ....	42
Figura 7. Imagem do alto de uma encosta no bairro Buquirinha II. ....	46
Figura 8. Quintal da casa da moradora E9, grande acúmulo de lixo na frente da casa. ....	50
Figura 9. Imagem da casa da moradora E9. ....	50
Figura 10. Imagem de uma das construções presentes no quintal da moradora E1. ....	51
Figura 11. Imagem da entrada da Unidade Básica de Saúde - Buquirinha. ....	58
Figura 12. Imagem da rua não pavimentada localizada no bairro Buquirinha II. ....	61
Figura 13. Imagem do escorregamento na via de acesso para os bairros Buquirinha I e II. ....	68
Figura 14. Imagem da casa construída no meio de uma encosta. ....	69
Figura 15. Imagem ao lado esquerdo está localizada a casa da entrevistada E3; ao fundo, uma casa grande com piscina. ....	72
Figura 16. Imagem do quintal da casa da moradora E5; ao fundo, a casa de um vizinho. ...	74
Figura 17. Terreno da moradora E5, com um cano para dar vazão à água da máquina de lavar roupa. ....	75

## Lista de siglas

<b>Cemaden</b>	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
<b>Cenad</b>	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa
<b>CTA</b>	Centro Técnico Aeroespacial
<b>Embraer</b>	Empresa Brasileira de Aeronáutica
<b>ESF</b>	Estratégia Saúde da Família
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>Inpe</b>	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
<b>ITA</b>	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
<b>PDDI</b>	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
<b>Pipo</b>	Plano Institucional de Pesquisa e Operação
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UBS</b>	Unidade Básica de Saúde
<b>Unifesp</b>	Universidade Federal de São Paulo
<b>UNISDR</b>	<i>United Nations Office for Disaster Risk Reduction</i>
<b>Univap</b>	Universidade do Vale do Paraíba
<b>Viva</b>	Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes
<b>Zeis</b>	Zona Especial de Interesse Social

## Resumo

**Introdução:** Morar em construções em áreas de encostas sujeitas a escorregamentos pode provocar impactos diretos e indiretos sobre a saúde. O grau dos impactos irá depender da magnitude da ocorrência do desastre, das condições de vulnerabilidade social e ambiental instaladas previamente ao evento e que aumentam o grau de exposição da população e das capacidades ou medidas adotadas para reduzir os potenciais riscos e os danos à saúde mental e física dos atingidos. Neste cenário o conceito de risco pode ser inserido em diferentes contextos socioculturais, resultando em diferentes experiências de vida, aumentando ou não a exposição aos desastres. **Objetivo:** Esta dissertação tem como objetivo, compreender qual o lugar que o risco ambiental ocupa na vida de mulheres moradoras dos bairros Buquirinha I e II, na cidade de São José dos Campos, localizada no estado de São Paulo. **Métodos:** A pesquisadora foi acompanhada por agentes comunitários de saúde aos locais mapeados como áreas de risco muito alto para escorregamentos e realizou entrevistas em profundidade com 12 moradoras e observações etnográficas do campo. **Resultados:** Os dados coletados foram analisados em dois tópicos: o primeiro corresponde ao contexto sociocultural das moradoras, que foi entendido por meio das categorias: condições socioeconômicas e acesso ao lazer, construção da casa, dinâmica familiar e comunitária, infraestrutura pública e saúde, percepção da violência e da vida cotidiana, migrações e sugestões ao poder público. O segundo tópico busca explicar o lugar que o risco de escorregamento de encostas ocupa na vida das moradoras. **Conclusões:** A análise dos dados mostrou que para dez entrevistadas o risco de escorregamentos de encostas não é percebido, pois no seu contexto sociocultural, o risco provém de outras fontes, especialmente, a perda de suas moradias devido à remoção.

**Palavras-chave:** Desastres naturais; Percepção de risco; Saúde coletiva; Antropologia.

## **Abstract**

**Introduction:** Living in buildings in urban areas of slopes subject to landslides can cause direct and indirect impacts on health. The degree of impacts will depend on the magnitude of the occurrence of the disaster, the conditions for social and environmental vulnerability previously installed in the event and which increase the degree of exposure of the population and the capacities or measures taken to reduce potential risks and damage to the mental and physical health of those affected. In this scenario, the concept of risk can be inserted in different socio-cultural contexts, resulting in different life experiences, increasing or not the exposure to disasters.

**Objective:** This dissertation aims to understand the place that environmental risk occupies in the lives of women living in the Buquirinha I and II neighborhoods, in the city of São José dos Campos, located in the State of São Paulo. **Methods:** The researcher was accompanied by community health agents to the mapped sites as very high-risk areas of landslide and conducted in-depth interviews with 12 dwellers and field ethnographic observations. **Results:** The collected data were analyzed in two topics: the first corresponds to the sociocultural context of the dwellers, which was understood through the categories: socio-economic conditions and access to leisure, home construction, family life, and community involvement, public infrastructure and health, perception of violence and of daily life, migrations, and suggestions to the public power. The second topic seeks to explain the place that the risk of slippery slopes occupies in the life of the dwellers. **Conclusions:** The data analysis showed that for ten interviewees the risk of slope slips is not perceived, because, in its sociocultural context, the risk originates from other sources, especially the loss of their dwellings due to the removal.

**Keywords:** Natural disasters; Perception of risk; Collective health; Anthropology.



## 1.1 Introdução ao tema

A literatura nacional e internacional sobre o conceito de risco é variada e polissêmica (Kaperson et al. 1988; Guivant, 1998; Martin, 2003; Bruseke, 2007; Kuhnen, 2009; Bursztyn, Eiró, 2015; Spink, 2018). Os estudos sobre percepção de riscos ambientais e desastres “naturais”, principalmente aqueles que estão ligados a fenômenos físicos tais como escorregamento de encostas, são ainda incipientes no campo da Saúde Coletiva.

Nessa área de conhecimento multidisciplinar, o entendimento adquirido sobre a percepção de riscos tem sido desenvolvido por meio de pesquisas em diversos contextos. Por exemplo, em busca sobre percepção de risco nos Cadernos de Saúde Pública, no SciELO (02/02/2019), foram encontrados 23 artigos que continham as palavras “percepção de risco”. Elas foram encontradas em artigos cujos temas tratavam do uso de transgênicos (Furnival, Pinheiro, 2008), campos magnéticos e elétricos (Lipp et al. 2013), a profissão de militar (Neves, Mello, 2009) e a cirurgia bariátrica (Schakarowski et al., 2018), entre outros.

No Brasil, o número de pessoas expostas aos riscos de desastres aumentou devido às mudanças climáticas, ao aumento da pobreza, à desigualdade social e à consequente ocupação de áreas sujeitas a escorregamentos (Mendonça, Gullo, 2017). À medida que esse número cresce, nota-se que as políticas públicas que tratam de infraestrutura e urbanização, a de renda e geração de empregos bem como as de saúde pública não acompanham o mesmo ritmo.

Esta pesquisa buscará apreender qual o lugar que o risco ambiental ocupa na vida de mulheres moradoras dos bairros Buquirinha I e II, na cidade de São José dos Campos, localizada no estado de São Paulo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas a observação etnográfica e entrevistas semiestruturadas com doze moradoras de áreas classificadas como risco muito alto para escorregamentos de encostas.

A primeira parte da dissertação é composta de cinco capítulos. O primeiro busca mostrar que o desastre, embora chamado de natural, não pode ser

compreendido nesta perspectiva. Trata-se de um processo no qual a sociedade tem papel fundamental no aumento da exposição e do número de vítimas.

O segundo capítulo se aprofunda no aumento das desigualdades e na construção das vulnerabilidades, que tornam determinados indivíduos mais propensos a estarem expostos ao risco ambiental, além de outros riscos.

No terceiro capítulo, embora o termo risco tenha várias acepções, ele é abordado da perspectiva da construção social do risco. Assim, a percepção do risco também tem natureza social que influencia a maneira de entendê-lo ou de perceber suas fontes.

O papel da cultura na percepção de riscos é discutido no capítulo quatro. Neste capítulo, o tema é tratado com o auxílio da Teoria Cultural da Percepção de Riscos de Mary Douglas e Wildavsky (2012).

Encerrando a discussão teórica sobre o tema, são abordados, no capítulo cinco, a incidência dos desastres naturais no Brasil, os escorregamentos de encostas e a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Na segunda parte da dissertação são apresentadas a metodologia, a caracterização do local de pesquisa e das entrevistadas e a análise dos dados coletados em campo, e por fim, a conclusão.

O interesse da pesquisadora pelo tema de desastres começou no final de 2015, quando iniciou suas atividades como analista no Cemaden. Com o tempo, foi ganhando familiaridade com o tema por meio da participação em reuniões e conversas informais com seus colegas de trabalho. O contato com os profissionais da área, especialmente de Geotecnia, possibilitou à pesquisadora o acesso ao mapeamento realizado em áreas sujeitas a escorregamentos de encostas em São José dos Campos, no estado de São Paulo.

Por meio desse mapeamento, realizado por um dos pesquisadores do Cemaden, Dr. Rodolfo Moreda Mendes, foi possível verificar quais áreas apresentavam risco muito alto para escorregamentos e, assim identificar, com o auxílio dos agentes comunitários de saúde, quais moradoras estão expostas a este tipo de risco.





## **2.1 Objetivo geral**

O presente estudo tem como objetivo compreender qual o lugar que o risco ambiental ocupa na vida das moradoras de áreas de risco muito alto para escorregamentos de encostas.

## **2.2 Objetivos específicos**

- Conhecer o contexto sociocultural das moradoras por meio da análise das categorias: condições socioeconômicas e acesso ao lazer, construção da casa, dinâmica familiar e comunitária, infraestrutura pública e saúde, percepção da violência e a violência cotidiana, migrações e sugestões ao poder público;
- Entender as compreensões particulares que as moradoras têm sobre riscos ambientais.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

---

### 3.1 Desastres naturais: infortúnio ou fenômeno social?

Nas últimas décadas, o número de registros de desastres, em várias localidades do mundo, vem aumentando consideravelmente. Isto se deve, principalmente, ao aumento da população, à ocupação desordenada por efeito do intenso processo de urbanização e industrialização e, também, aos eventos climáticos agravados por fatores antropogênicos (Ginexi et al., 2000; Kokai et al., 2004; Kobiyama et al., 2006; Anwar et al., 2011; Cidade, 2013; Kukihara et al., 2014; Juran, Triverd, 2015; Pollack et al., 2016).

Juntamente com os prejuízos econômicos causados à indústria, comércio, serviços públicos e à pecuária, os desastres naturais apresentam um elevado custo social, pois agravam as vulnerabilidades previamente instaladas no local, provocando modificações nos chamados “cenários de risco” (La Red, 1998).

São também documentados pelos pesquisadores, o surgimento ou agravamento das doenças mentais, físicas, bem como as perdas ou prejuízos referentes à moradia, ao contato com vizinhos, ao acesso à escola, ao aumento da violência, tanto a urbana quanto a doméstica (Ginexi et al., 2000; Kokai et al., 2004; Abbott et al., 2006; Foa et al., 2006; Fischer et al., 2010; Anwar et al., 2011; Kukihara et al., 2014; Harville et al., 2015; Parida, 2015; Pollack et al., 2016).

Várias acepções são utilizadas para desastre natural (Siena, Valencio, 2009; Soriano, 2009; Tominaga, 2009; Sauerborn, Ebi, 2012), todavia, as Nações Unidas, em relatório do United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR) publicado em 2016, aconselham a uniformidade no uso do termo para fins de padronização para utilização em pesquisas. Os relatores propuseram como definição de desastre:

uma grave interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade em qualquer escala devido a eventos perigosos que interagem com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, levando a uma ou mais perdas, sejam elas humanas, materiais, econômicas e ambientais (UNISDR, 2016, p. 12).

Para Mattedi e Butzke (2001, p. 11-15), “os desastres constituem, primeiramente, um fenômeno social e, portanto, devem ser identificados em termos sociais [...] e são construídos na confluência da sociedade, ambiente e tecnologia”.

Nesse aspecto, o desastre também carrega a questão da sustentabilidade do desenvolvimento, pois se estabelece em pontos de intersecção entre sociedade e natureza e o aumento do impacto nas comunidades revela as atividades socioeconômicas que transformam o ambiente natural que, alterado, reprime o desenvolvimento socioeconômico (Mattedi, Butzke, 2001).

Como um processo social, que é mediado tanto por fenômenos naturais quanto fenômenos antrópicos ou socioculturais, ele é caracterizado por um sistema político e econômico hegemônico e que evidenciam condições sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais, gerando diferenças sociais que são normalizadas pela sociedade (Garcia et al., 2016; Magdalena et al. 2017).

Diante disso, a Sociologia trata os desastres como um problema social no qual há revelação das singularidades, modos de conflito e coesão social e expõe a estrutura social existente, revelando injustiças sociais e grupos expostos ao perigo (Valencio, 2014).

O desastre natural, embora tenha esse nome, traz em sua ocorrência, não só um evento físico deflagrador, mas consiste também na interação com pessoas em situação de vulnerabilidade, isto é, as vítimas já padeciam de outras mazelas sociais antes mesmo do evento físico ocorrer.

Essas mazelas sociais são provocadas e agravadas por meio da ausência do Estado, seja pela carência de políticas públicas que diminuam as vulnerabilidades, bem como o pouco auxílio oferecido às vítimas após a ocorrência do desastre, que em nada busca mudar sua condição social, mas apenas oferecer algo paliativo e que, a longo prazo, poderá agravar a situação social dessas pessoas (Fordham, 1998; Enarson, 2000; De León, 2006; Kuhnen, 2009; Siena, Valencio, 2009; Fischer, 2010; Durant Jr, 2011; Cidade, 2013; Licco, 2013; Freitas et al., 2014; Vargas, 2016; Detraz, Peksen, 2017; García, 2017; Oliver-Smith et al., 2017; Valencio, Valencio, 2017).

Embora, não se possa considerar um desastre sem um evento desencadeante físico (Oliver-Smith et al., 2017), a atribuição da destruição às forças da natureza e não a fatores sociais, em geral, impede a compreensão de quais vulnerabilidades estão envolvidas na produção de desastres (Mattedi, Butzke, 2001) e, “neste sentido, os desastres são percebidos como externos ou independentes do quadro de desenvolvimento em uso” (De León, 2006, p. 8).

Os impactos de um desastre são mais intensos em áreas urbanas, haja vista a maior concentração de pessoas nessas regiões, entretanto, um evento físico, ao atingir uma comunidade, poderá causar impactos diferentes e, certamente, quem sofre os efeitos tanto a curto quanto a longo prazo, são as populações pobres (Cidade, 2013).

Portanto, o desastre não é um infortúnio causado por um evento físico deflagrador (ex. chuva), mas tem como origem uma multiplicidade de fatores que preexistiam tanto no local de ocorrência quanto em determinado grupo social. Se não há consequências sociais negativas, não há desastre. Uma chuva torrencial que cai em um local inabitado e que não causa consequências negativas a nenhuma comunidade ou grupo social será apenas um fenômeno meteorológico.

As deficiências nas estruturas ou nos sistemas sociais caracterizados pela distribuição desigual do poder e seu uso indevido, a corrupção, a manutenção dos privilégios de alguns setores da sociedade e a falta de políticas e de sua aplicação, quando estas existem, bem como a ausência de políticas de geração de renda e emprego efetivas, que leva a população pobre a sobreviver por meio do assistencialismo, também são fontes de desastres (Vargas, 2016; Oliver-Smith et al., 2017).

Estas desigualdades produzem cidadãos propensos a sofrerem perdas econômicas, sociais e que podem levar à morte, antes mesmo da ocorrência do evento. Tais desigualdades se agravarão com o desastre, formando um ciclo no qual o efeito do desastre sempre se repete e do qual determinadas comunidades ou grupos sociais nunca conseguem escapar.

Outro aspecto importante na abordagem dos desastres refere-se à urbanização. A cidade desigual, de acordo com Do Carmo (2014, p. 4), é

“constituída a partir de um processo de desenvolvimento concentrador de renda, (e que) está na gênese da concepção de desastre como um processo socialmente construído”.

Esse processo ocorre pela ausência de políticas habitacionais adequadas para suprir a demanda de lugares para construção, a falta de qualidade das construções, a ausência de medidas para mitigar os riscos, assim como “a precariedade das condições de vida, da proteção social oferecida e da territorialização dos grupos sociais empobrecidos [...]” (Valencio, 2014, p. 5-6).

Esse tipo de territorialização é expresso com o isolamento das populações mais pobres nas periferias das cidades, e são nelas que estão localizados os terrenos irregulares e, dada sua condição legal, carecem da oferta de serviços básicos de saúde e educação, por exemplo.

Nesses bairros, as construções são feitas de maneira precária, em áreas de encostas ou sujeitas a inundações. A ocupação do espaço se dá pela interação entre a dinâmica populacional e ambiental historicamente construída (Do Carmo, 2014).

A construção social e histórica do desastre “natural” reforça também a naturalização desse fenômeno, que passa a ser visto, especialmente no Brasil, como um problema do pobre, que constrói em áreas que não deveria construir. O estigma social, muitas vezes, agrava o problema, já que essa visão interfere na elaboração e implementação de políticas públicas adequadas, tanto em nível de prevenção quanto de atendimento às vítimas (Valencio et al., 2008).

De forma didática, os desastres são classificados como extensivos e intensivos, os extensivos são aqueles relacionados ao clima e que não causam número significativo de óbitos, porém, são responsáveis por grandes danos à infraestrutura local e às moradias e condições de vida das comunidades de baixa renda. Atualmente eles representam 97% dos desastres (Freitas et al., 2012).

Esse tipo de desastre pode produzir mais impactos sociais e econômicos que os desastres classificados como intensivos, isto é, os “grandes desastres”, visto que seu efeito socioeconômico passa a ser uma condição permanente na vida das comunidades atingidas, pois ele, muitas vezes, é cíclico (La Red, 1998).

Quando um evento físico atinge uma área onde estão presentes vulnerabilidades, ele piora a situação visto que, além de perpetuar uma fragilidade que já existia anteriormente, produz outras debilidades. Este aspecto será tratado no capítulo a seguir.

### **3.2 As desigualdades sociais e as vulnerabilidades**

Toda vulnerabilidade é expressão de um processo social complexo, multideterminado, construído e reforçado no decorrer do tempo. O desenvolvimento econômico, as desigualdades sociais, as políticas públicas, a urbanização, são partes desse processo (De León, 2006; Kuhnen, 2009; Cutter, 2011; Alexander, 2012; Cidade, 2013; Licco, 2013; Oliver-Smith et al., 2017; Valencio, Valencio, 2017).

A ocupação dos espaços nas cidades reserva espaços econômicos e sociais para grupos heterogêneos e expõe aos riscos de desastres alguns grupos sociais mais que outros, revelando, assim, um processo de desigualdade social (Do Carmo, 2014).

A desigualdade social foi construída por meio da industrialização juntamente com o desenvolvimento econômico, que “gerou distribuição desigual de ganhos e de custos sociais e ambientais, refletidos na constituição de uma rede urbana e de malhas urbanas caracterizadas pela desigualdade” (Do Carmo, 2014, p. 1).

Esse fenômeno tem ocorrido ao longo da história da urbanização no Brasil, e teve seu ápice com a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a ampliação de rodovias e o desenvolvimento tecnológico. Como resultado, houve a remodelação de regiões e o surgimento das metrópoles e as cidades multiplicaram-se ao longo do território nacional e, com essa expansão, agravou-se as diferenças entre regiões e cidades (De Oliveira, Gomes, 2010). As cidades mais industrializadas passaram, então, a ser o foco de migrantes cujo objetivo era conseguir emprego e renda.

Como consequências da migração e do rápido processo de urbanização, especialmente nas grandes cidades brasileiras, uma parte da população sem renda ou com poucos recursos financeiros, buscou resolver o problema de acesso à



moradia ocupando terras vazias, por meio da autoconstrução das casas e providenciando, a seu modo, a instalação da infraestrutura local. Restou a essa população mais pobre a ocupação de áreas ambientalmente frágeis e impróprias para uso e ocupação (Rolnik, 1999; Forlin, Da Costa, 2010; De Oliveira, Gomes, 2010; Suriano, Reschilian, 2012; Cidade, 2013; Do Carmo, 2014).

A ocupação das terras com menor valor econômico deu origem aos chamados loteamentos irregulares, cuja formação ocorre por meio da venda de terrenos para aqueles que ainda conseguem custear moradias com valor maior do que os encontrados em favelas, mas que não podem pagar por terras infraestruturadas vendidas para grupos sociais de maior renda (Cardoso, 2006; Cidade, 2013; Do Carmo, 2014). Em geral, esses loteamentos são vendidos por pessoas que, na realidade, não possuem a posse legal dessas terras, vitimizando aquele que compra.

Esses loteamentos, muitas vezes, carecem de saneamento básico, eletricidade, equipamentos públicos, como escolas, creches, postos de saúde e segurança pública. Em geral, por estarem localizados longe do centro da cidade, oneram essas populações com o custo do transporte ou com a ausência dele. Dessa maneira, há um isolamento do pobre, que passa a viver em periferias, longe do olhar de outros grupos sociais de maior poder aquisitivo.

Nem sempre quando um perigo acontece, um desastre ocorre. Isto se dá justamente pela situação vulnerável a qual determinadas pessoas estão expostas, antes da ocorrência do desastre. Mapear as vulnerabilidades é fundamental para que haja a elaboração e implementação de políticas públicas que ofereçam as diretrizes para criação de um novo desenho urbanístico que leve em conta as necessidades de todos os grupos sociais, especialmente daqueles expostos aos perigos de natureza ambiental.

Pesquisadores da área das ciências sociais têm adotado diferentes definições de vulnerabilidade em seus estudos (Kaperson et. al., 1988; Braga et al., 2006; De León, 2006; Kuhnen, 2009; Cutter, 2011; Alexander, 2012). A UNISDR (2016, p. 23), definiram vulnerabilidade como “condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade de um indivíduo, de uma comunidade, ativos ou sistemas para os impactos dos perigos”.

Por outro lado, Spink (2014) descreve a vulnerabilidade como de caráter predominantemente social e a caracteriza como

processos sociais relacionados à precariedade das condições de vida e proteção social que tornam certos grupos, principalmente entre os mais pobres, mais vulneráveis aos desastres; e as mudanças ambientais resultantes da degradação do meio ambiente que tornam certas áreas mais vulneráveis (Spink, 2015, p. 3746).

Em vista disso, a vulnerabilidade de uma comunidade não é igual a outra. Um evento físico deflagrador pode impactar lugares semelhantes e com diferentes graus de vulnerabilidade, portanto, dois grupos podem estar expostos ao mesmo perigo e, como a vulnerabilidade pode ser diferente, eles não estarão expostos aos mesmos riscos (Kuhnen, 2009; Juran, Triverd, 2015).

Classe, gênero, pobreza, relações de poder, etnia, características da comunidade, assim como o papel do poder socioeconômico nas políticas de prevenção de riscos podem levar a uma exposição desigual ao risco, aumentando a vulnerabilidade de alguns grupos sociais (Valencio, Valencio, 2017). As vulnerabilidades também mudam com o decorrer do tempo, elas podem aumentar, manter-se ou reduzir-se, conforme os fatores relacionados a ela (De León, 2006).

Como as vulnerabilidades estavam presentes antes da ocorrência do fenômeno físico, tornam-se piores quando a população é afetada por meio da destruição parcial ou total dos lugares onde habitam, pelas perdas de fontes de trabalho e dissolução de sua comunidade. Dessa maneira, a vulnerabilidade produzida pelo desastre afeta comunidades tanto pelos danos físicos e prejuízos econômicos quanto pela perda da identidade, dignidade e relações pessoais, configurando, portanto, um processo em que, juntamente às intervenções humanas, emergem novos cenários de riscos e vulnerabilidades (La Red, 1998; Siena, Valencio, 2009; Rocha, 2014).

A comunidade ainda “[...] não associa que a apropriação indevida e a consequente degradação da natureza os privam de seus direitos mais elementares” (Cavalcante, Aloufa, 2014, p. 62). Por outro lado, os indivíduos estão cientes que alterações feitas no meio ambiente podem interferir em sua qualidade de vida.

Os processos sociais que naturalizam o sofrimento de determinados grupos são agravados também pela ausência ou ineficiência de políticas públicas que não levam em conta o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população, produzindo novas vulnerabilidades e injustiças sociais.

Pesquisas sobre as vulnerabilidades das populações aos desastres naturais têm correlacionado um evento físico (terremoto, enchente, tsunami) com aspectos socioeconômicos, faixa etária e gênero dos atingidos. Nelas foram encontrados dados que sugerem que os desastres impactam a saúde mental e a vida socioeconômica de homens e mulheres de forma diferente. Os grupos populacionais mais atingidos são os idosos, mulheres e crianças (Durant Jr., 2011; Freitas et al., 2014).

Os pesquisadores focam na análise da vulnerabilidade por meios de estudos sociológicos, econômicos, antropológicos, ambientais e também através de modelos matemáticos. Tais estudos debruçam-se sobre esse assunto com a finalidade de fornecer consultoria aos governos e agências, buscando expor as vulnerabilidades e criar soluções que integrem todos os setores da sociedade.

Entretanto, existem dificuldades na criação de um único meio que avalie as vulnerabilidades e isto se dá devido à diversidade de definições utilizadas pelos pesquisadores e pela multiplicidade de setores, níveis e singularidades envolvidos.

Para De León (2006), essas avaliações devem levar em conta os fatores que podem suscitar, aumentar, diminuir ou conservar as vulnerabilidades presentes em determinado território e grupos sociais, bem como distintas percepções de vulnerabilidades levam a diferentes tratamentos sobre como lidar com elas.

Para isso são necessários estudos em comunidades brasileiras que tratem da correlação entre as vulnerabilidades e a exposição aos eventos físicos, o conhecimento das intervenções humanas envolvidas na deflagração dos desastres, como as pessoas se organizam após a ocorrência de um desastre, a mobilização das instituições, os efeitos sobre o desenvolvimento econômico nas comunidades atingidas, as percepções de riscos (Mattedi, Butzke, 2001, p. 2) e especialmente de que maneira a vulnerabilidade socioambiental interfere na percepção de risco.

Tendo em vista que vulnerabilidades aumentam a exposição ao risco de desastres, o próximo tópico trata das definições de risco, a construção social do risco e a percepção do risco, e como esta pode aumentar ou diminuir a vulnerabilidade de um grupo ou comunidade.

### 3.3 Risco existente e risco percebido

Risco é um termo adotado em várias ciências, podendo representar desde a probabilidade ou chance de ocorrência quando abordado de uma perspectiva quantitativa (Spink et al., 2002), a probabilidade de consequências que possam prejudicar uma comunidade ou a perda dos meios de subsistência, ferimentos, mortes, atividades econômicas, bem como o processo onde as atitudes, valores, crenças, sentimentos e normas sociais influenciam a forma de entender o ambiente, entre outros (Schmidt, 2004; De León, 2006; Kuhnen, 2009).

Douglas e Wildavsky (2012, p. 5) argumentam que o risco “deveria ser entendido como um produto conjunto do *conhecimento* que se tem do futuro e um *consenso* quanto às perspectivas mais desejadas”, possibilitando ao público relativizar os problemas.

Seguindo este raciocínio, os autores apresentam os quatro problemas do risco, o primeiro deles é: quando há um problema técnico e existe conhecimento a respeito de um assunto e há consenso, pode-se elaborar um plano para encontrar a solução, que geralmente é o cálculo. O segundo, é que se existe conhecimento, mas não há consenso, tem-se o debate ou coerção. Se há incerteza em relação ao conhecimento e o consenso é total, a solução proposta é que sejam feitas mais pesquisas. Entretanto, para os autores, o dilema atual na avaliação de riscos é a situação em que o conhecimento é incerto e há inexistência de consenso.

Por outro lado, Beck (2011, p. 31) defende que “riscos, assim como riquezas, são objeto de distribuição, constituindo igualmente posições – posições de ameaça ou posições de classe”. E que “[..] produção de riqueza é acompanhada

sistematicamente pela produção social de riscos”. Ele explica que a lógica da distribuição social de riscos é determinada pelo nível alcançado pelas forças produtivas humanas e tecnológicas e pelas garantias e regras jurídicas e do Estado Social. Para o autor, juntamente com a distribuição e incremento dos riscos, surgem situações sociais de ameaça que acompanham a desigualdade de posições de classes sociais e “[...] os riscos da modernidade cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que o produziram ou lucram com ele” (Beck, 2011).

Deve-se também considerar que o risco é causado pelas “ameaças ou perigos, juntamente com a exposição existente, a vulnerabilidade e até mesmo as condições de resiliência” (Oliver-Smith et al., 2017, p. 102). Considera-se como perigo ou ameaça os desencadeantes físicos, súbitos ou lentos, essenciais ao processo de desastre. Já o risco de desastre é definido como:

o potencial de perda de vidas, feridos ou ativos destruídos ou danificados que podem ocorrer em um sistema, sociedade ou comunidade em um período de tempo específico, determinado de forma probabilística em função do perigo, exposição, vulnerabilidade e capacidade (UNISDR, 2016, p. 14).

O risco, portanto, trata-se de um problema social, construído coletivamente e que atinge mais a alguns grupos sociais que outros em função de seu posicionamento social e econômico. Dependendo da categoria a qual um sujeito pertence, seu grau de exposição e vulnerabilidade, ele lidará com tipos diversos de riscos que serão mais ou menos presentes em seu meio social.

A construção social do risco se dá por fatores de risco que “derivam dos processos, prioridades, alocação de recursos e padrões de produção/consumo, resultantes de diferentes modelos de desenvolvimento socioeconômico” (Oliver-Smith et al., 2017, p. 103). E, assim como os desastres naturais também determinam seus impactos (Magdalena et al., 2017).

Por isso é difícil falar de risco em desastres sem abordar a vulnerabilidade, pois em ambos, há presença dos processos sociais e culturais em sua gênese, que criam condições que podem tanto piorar quanto criar novas formas de risco (Souza, Zanella, 2009; Magdalena et al., 2017; Oliver-Smith et al., 2017).

Esses processos sociais ocorrem por meio da construção das estruturas da sociedade que se baseiam em decisões e escolhas e também em julgamentos nos quais determinados grupos sociais são escolhidos para usufruir dos recursos. Segundo Oliver-Smith et al. (2017, p. 101), “a tomada de decisão humana é moldada por muitas forças e pressões, tanto os incentivos quanto as restrições”.

No Brasil, tais processos envolvem um risco que foi construído historicamente por meio da falta de políticas voltadas ao planejamento territorial e urbano, ao combate à pobreza e diminuição das desigualdades sociais, à ausência de governança, entre outros.

Comunidades expostas à ameaça e que apresentem vulnerabilidades, bem como baixa resiliência, podem intensificar condições inseguras e transformá-las em estado de emergência ou gerar novas crises (Oliver-Smith et al., 2017).

Marchezini (2017, p. 24) argumenta que “[...] as opções para sua redução são poucas em virtude do alto custo e da falta de alternativas reais em face das circunstâncias econômicas, sociais e políticas dos países”. Portanto, é importante identificar “[...] as contradições ou objetivos conflitantes dentro das estruturas dos sistemas socioculturais, que levam à desordem funcional interna ou pressões dinâmicas” (Oliver-Smith et al., 2017, p. 102) e que impedem de dar o tratamento adequado ao risco, especialmente, de desastres.

O risco pode ser voluntário quando possíveis danos ou perdas são consequências da própria decisão e involuntários quando o indivíduo não teve a possibilidade de fazer escolhas (Bruseke, 2007). Entretanto, devido às vulnerabilidades já instaladas, as possibilidades de escolhas estão restritas a morar na favela ou em um loteamento irregular. Nesse caso, o risco passa a ser involuntário, pois os mais pobres têm oportunidades de escolha muito limitadas.

Esses limitantes acabam por perpetuar a condição de exposição ao risco desses grupos, produzindo um círculo vicioso em que as vulnerabilidades são agravadas e os mais pobres acabam por assumir grande parte dos riscos, especialmente os ambientais.

Neste cenário, os benefícios e malefícios dos riscos também podem ser distribuídos desigualmente em um dado grupo social. Sulaiman e Aledo (2016, p.18-

19) afirmam que “aqueles que detêm o processo de decisões ante o risco possuem um conjunto de capitais que lhes permite deslocar o risco no tempo (para futuras gerações), no espaço (para outras regiões) e/ou para outros grupos sociais”.

Oliver-Smith et al. (2017, p. 101) propõe que “o objetivo fundamental é estabelecer empiricamente uma cadeia causal entre os padrões de danos e perdas de um desastre e as forças sociais que mobilizam a construção do risco, examinando as causas básicas e expressões particulares de exposição e vulnerabilidade”.

Já que o risco é assumido por determinados grupos sociais de maneira involuntária, é importante conhecer o entendimento que esses grupos possuem sobre os riscos que enfrentam cotidianamente.

A percepção de risco é definida por Soriano et al. (2017, p. 13), como “as pessoas interpretam, convivem e reagem a determinadas ameaças”. Kuhnén (2009, p. 47), por sua vez define percepção de risco como a “captação, seleção e organização das informações ambientais, orientada para a tomada de decisão que torna possível uma ação inteligente (i. é. dirigida a um fim) e que se expressa por ela”.

Ambos autores concordam que a percepção é subjetiva, que tem natureza social e que difere no tempo e no local e está carregada de “atitudes, valores, crenças, sentimentos e normas das pessoas influenciando a forma de entender o risco ou a fonte de risco provável” (Kuhnén, 2009, p. 47).

Atualmente os estudos sobre percepção de risco têm levado em consideração os fatores sociais e culturais que possam afetar direta ou indiretamente as percepções, abordando como as comunidades definem risco, como imaginam os danos, como planejam enfrentá-lo e quais são as informações disponíveis sobre o risco (Di Giulio et al., 2015).

Nestas pesquisas também têm se levantado as diferentes percepções de peritos e leigos sobre áreas de risco. Este interesse se deve ao fato de que para os peritos, os leigos percebem os riscos de forma não científica, não conhecem probabilidade e expressam-se em uma linguagem que não está alinhada com termos técnicos. Os métodos utilizados acabam por não levar em conta as percepções dos

leigos sobre riscos em seu local de residência (Abbott et al., 2006). O saber perito também desconsidera o estudo do processo de urbanização excludente (Valencio, 2014).

Existe uma supervalorização do saber perito em detrimento ao saber leigo que é visto “como fruto da ignorância ou do descuido da população, o que suscita a formação de uma opinião pública socialmente intolerante aos grupos sociais que habitam as periferias, encostas e beiras de rios” (Valencio, 2014, p. 4).

Tuan (2005) explica que como os homens não conseguem viver em um estado de alerta permanente, com medos e ansiedades, eles criam estratégias ao enfrentamento do medo por meio do desenvolvimento de instrumentos técnicos e métodos para garantir a sensação ilusória ou realista sobre os riscos. Assim, o conhecimento perito também pode ser subjetivo, tal como o conhecimento do leigo.

Uma característica a ser considerada no estudo da percepção é a de que quando uma pessoa chega a um ambiente desconhecido é capaz de perceber qualidades e defeitos que não são mais visíveis para o residente (Tuan, 1974). Logo, o residente, já acostumado àquela paisagem, pode, facilmente, ignorar aspectos que indiquem uma situação de perigo, especialmente quando se vive ali por muito tempo. Portanto, para o visitante ou pesquisador, é necessário que ele se esforce em compreender os valores e a cultura dos moradores.

Também é importante que os pesquisadores busquem entender a ambiguidade entre abandonar ou não esses locais, o significado do comportamento arriscado, assim como a razão pela qual as pessoas constroem suas casas em áreas de risco, o controle do espaço como expressão do poder legítimo e o apego ao território (Kuhnen, 2009; Spink, 2014).

A respeito da ambiguidade entre sair ou não de um local de risco, para Bruseke (1996), o risco pode estar presente na expectativa e na probabilidade da ocorrência de um evento. Essa expectativa pode tanto incluir ou não a possibilidade de que uma catástrofe ocorra e também pode influenciar o comportamento de continuar morando em uma área de risco.



Nesse caso, para os peritos a probabilidade é existente e expressa em números, mas para os moradores, a possibilidade pode não existir, por diversos motivos e todos que podem ser bem fundamentados, segundo sua cosmovisão.

Em virtude disso, para se implantar uma cultura de percepção de riscos é necessário compreender o que risco significa para os moradores, saber se o conhecimento sobre risco socioambiental está presente nas comunidades e de que maneira. Para os moradores, o risco pode estar presente na comunidade de outras maneiras distintas daquelas diagnosticadas por peritos.

Nessa circunstância, pode-se interrogar sobre “o conhecimento leigo sobre essas ciências e a conjunção de fatores que produzem os riscos [...]” (Soriano et al. 2017, p. 23). Entre esses fatores estão os valores, o grau de confiança nas instituições, a intervenção humana no ambiente, a urbanização, as mudanças climáticas, a influência da mídia, e assim por diante (Di Giulio et al., 2015).

Como exposto anteriormente, os riscos resultam da relação de dependência entre ameaça e vulnerabilidade. A partir disso, algumas perguntas podem ser feitas por pesquisadores sobre este tema, por exemplo, qual lugar que o risco ocupa no estilo de vida de homens e mulheres, qual a ação adotada pela sociedade ou pelas instituições diante de um risco conhecido, as motivações de alguns grupos sociais quando aceitam alguns riscos voluntariamente em detrimento de outros, as correlações entre grupos sociais e tipos de riscos e a resistência em adotar comportamentos aversivos ao risco, bem como, os limiares de segurança e a percepção do perigo, as causas de acidentes e a responsabilidade institucional sobre a situação de risco, como a cultura reforça a percepção de alguns riscos e se as pessoas expostas aos riscos involuntários adotam algum tipo de estratégia para lidar com eles, dentre outros (Souza, Zanella, 2009).

Nesse contexto, esta pesquisa tentará abordar algumas dessas questões. Para isso, é necessário o entendimento do papel da cultura na percepção de riscos.

### **3.4 A cultura e a percepção de riscos**

Geertz (1989, p. 4), argumenta que o homem é “um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu”. O autor assume que a cultura é o mecanismo que dá forma a estas teias, e sua análise busca dar significado a esse sistema de símbolos que interage de maneira recíproca com os sistemas de símbolos de cada indivíduo. A cultura também é o contexto, no qual podem ser descritos com densidade “os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos” (Geertz, 1989, p.10).

Ele afirma que o conceito de cultura manifesta um “padrão de significados” úteis para o conhecimento do mundo e para as práticas no dia a dia e trata-se de algo herdado, transmitido historicamente, mas não congelado ou rígido; pelo contrário, sempre objeto de interpretação (Geertz, 1989).

A cultura é inerente à forma como a maioria das pessoas pensa e atua e como elas percebem e vivem com os riscos. São, também, os princípios e valores de um determinado tempo utilizados para justificar comportamentos e no qual os infortúnios são identificáveis e sua ocorrência encontra explicações (Martin, 2003).

Para a Teoria Cultural da Percepção de Risco, desenvolvida por Douglas e Wildavsky (2012), a principal pergunta sobre risco seria “[...] o quanto seguro é seguro suficiente para esta cultura em particular? (Douglas, 1992, p. 41-42). Para esta acepção teórica, a percepção de risco é, em grande parte, determinada pela adesão a aspectos sociais e culturais numa determinada sociedade em um espaço de tempo.

Dependendo da participação do indivíduo na sociedade e a qual grupo ele pertence, ele se concentrará em diferentes tipos de riscos. Isto quer dizer que há uma grande variedade de riscos e que, culturalmente, alguns são percebidos e outros não, dado a posição social do indivíduo na sociedade, a comunidade em que vive, os valores compartilhados, os processos sociais, dentre outros.

A relevância da cultura nos estudos sobre risco se dá por meio do qual as pessoas percebem o risco e se comportam em relação a ele. A cultura pode criar níveis altos de vulnerabilidade em alguns grupos, onde as crenças e comportamentos estão enraizados em sistemas de poder que distribui o risco de maneira desigual entre diferentes grupos sociais.

Isto ocorre porque, em qualquer cultura, há normatização e legitimação de atitudes e comportamentos que podem levar alguns grupos sociais à vulnerabilidade, permitindo que outros grupos ascendam mais facilmente ao poder e, conseqüentemente, usufruam de um *status* privilegiado na sociedade. Para Douglas (1992, p. 47), “[...] não há maneira de proceder analisando a percepção de risco sem tipificar tipos de comunidades de acordo com o apoio que seus membros dão à autoridade, compromisso, limites e estrutura”.

Categorias de análise podem ser utilizadas no estudo de risco e cultura, como exemplo, as diferenças culturais entre papéis masculinos e femininos que, em algumas culturas, podem ser marcadamente distintos. Devido a essas diferenças, homens e mulheres poderão olhar aspectos distintos do meio ambiente e, conseqüentemente, adotar comportamentos ou respostas diferentes em relação ao meio.

Diferenças são encontradas no julgamento do meio ambiente entre pessoas nativas e visitantes, devido a suas experiências e propósitos terem pouco em comum (Tuan, 1974). O visitante poderá elaborar opiniões sobre um local, baseando-se muitas vezes em uma curta experiência ou em um evento ocorrido isoladamente. É o caso de turistas que vão conhecer outros países e se apaixonam pela cultura local, motivados por situações positivas ocorridas nas férias, em que a maioria das pessoas se encontra disponível para passar por novas experiências.

No contexto de risco, há uma série contínua de acordos entre diferentes grupos sociais que podem aumentar ou reduzir a vulnerabilidade e modificar um cenário de risco. Por isso é necessário compreender a interação da cultura com o sistema de símbolos de cada indivíduo, bem como a construção social do risco e as respostas que os grupos sociais dão aos riscos a que estão expostos.

Para Douglas (1992, p. 51), “[...] em vez de isolarmos o risco como um problema técnico, devemos formulá-lo de modo a incluir, por mais grosseiramente, suas implicações morais e políticas”. Os riscos corridos são selecionados quando a sociedade escolhe as suas instituições sociais, delegando a elas os processos decisórios, os mecanismos por meio do qual organizam a vida social e a escolha de quais riscos devem ser ignorados.

Embora os indivíduos sejam organizadores ativos de suas percepções, atribuindo seus próprios significados aos fenômenos na aceitabilidade dos riscos, existem características da vida social que provocam distintas respostas ao perigo, bem como a distribuição de poder em relação ao tipo de risco corrido.

Para os autores, “a atribuição de responsabilidade pelos desastres naturais constitui uma estratégia normal para proteger um conjunto de valores específicos, relacionados a determinado estilo de vida” (Douglas, Wildavsky, 2012, p. 8). Os perigos podem ser utilizados como forma de barganha em culturas diferentes, ajudando na manutenção de determinados propósitos e, por isso, entrariam em jogo combinações de confiança e medo, expressos em temores físicos e sociais.

Dessa forma, cada sociedade, conforme seus fundamentos culturais, inclui a percepção de alguns perigos “enquanto outros, produzidos por ela mesma, são ignorados” (Douglas, Wildavsky, 2012, p. 167). As pessoas, “escolhendo” riscos estabelecidos, se ajustariam a determinados estilos de vida, e mudanças na organização social poderiam modificar sua seleção e percepção.

Portanto, é importante fazer a leitura, considerando-se a cultura que a sociedade compartilha, a fim de compreender quais políticas divergentes podem ser conciliadas e quais não podem e também, quais pressões sociais internalizadas fazem com que os processos decisórios sejam delegados a instituições e como ocorre a escolha dos riscos que são ignorados (Douglas, Wildavsky, 2012).

As expectativas sobre o futuro serão influenciadas por avaliações que serão feitas da probabilidade que determinadas instituições sociais permaneçam e que isso dependeria, basicamente, de crenças e valores que levariam a sociedade a julgar a confiabilidade de uma instituição. O conhecimento sobre riscos é limitado em virtude de as instituições terem ponto de vista distintos, além de desacordos em relação às consequências (Douglas, Wildavsky, 2012).

Os autores prosseguem em sua análise, interpelando se os métodos atuais de avaliação de risco são de fato capazes de informar qual o risco que um determinado grupo social corre e se a escolha de um método já tem em seu escopo uma escolha prévia dos riscos a serem enfrentados ou evitados e “como os

indivíduos que não são competentes no diagnóstico do risco podem vir a aceitar avisos sobre tais perigos e dotá-los de credibilidade” (Douglas, 1992, p. 56).

Em um contexto no qual a percepção de risco é dada pela cultura a qual um indivíduo pertence, as pesquisas deveriam ocupar-se sobre as formas como as pessoas avaliam os riscos, seus valores e suas instituições e como as pessoas podem ignorar os perigos potenciais e selecionar apenas alguns perigos específicos (Guivant, 1998; Martin, 2003; Douglas, Wildavsky, 2012; Di Giulio et al., 2015).

As respostas para perguntas como: quantos riscos e a quais riscos as pessoas tolerariam serem expostas? Qual o limite aceitável para o risco? O risco poderia ser uma oportunidade em determinado contexto cultural? devem ser encontradas tanto de maneira científica quanto social.

Em resumo, as pessoas percebem ou negligenciam determinados riscos e, conseqüentemente, os infortúnios produzidos por um desastre devido ao processo social do qual fazem parte. Nesse processo, estão incluídos os valores mantidos em uma sociedade, a escolha das instituições e das prioridades e a forma de distribuição de poder entre diferentes grupos sociais.

### **3.5 Os desastres naturais no contexto brasileiro**

Os desastres naturais causam impactos socioeconômicos e ambientais, afetando comunidades de maneira diferente. Dependendo da comunidade afetada, seus efeitos podem levar meses ou anos para desaparecer.

De acordo com o último Atlas Brasileiro de Desastres Naturais publicado em 2013, no Brasil, “[...] do total de 38.996 registros, 8.515 (22%) ocorreram na década de 1990; 21.741 (56%) ocorreram na década de 2000; e apenas nos anos de 2010, 2011 e 2012 este número já soma 8.740 (22%)” (Universidade Federal de Santa Catarina, 2013, p. 34). Os tipos de desastres que tiveram ocorrências registradas neste período foram: estiagem e seca, enxurrada, inundação, granizo, geada, vendaval, tornado, incêndio, movimento de massa e erosão.

Levando-se em conta a distribuição dos danos humanos, a seca ainda é o desastre que mais afeta a população brasileira, seguida das enxurradas, inundações e por fim dos movimentos de massa (escorregamentos de encostas). Estes últimos fenômenos são assim definidos:

Os escorregamentos, também conhecidos como deslizamentos, são processos de movimento de massa envolvendo materiais que recobrem as superfícies das vertentes ou encostas, tais como solos, rochas e vegetação (Tominaga, 2009, p. 27).

Eles acontecem devido a um conjunto de condições geológicas, topográficas, ambientais e de pluviosidade, mas também por causa da ação humana, sendo que esta pode dar-se por cortes para implantação de moradias, de vias de acesso, desmatamentos, mineração, lançamento de águas servidas, acúmulo de lixo, vazamentos na rede de esgoto e aterramento mal planejado e executado (Tominaga, 2009; Mendes, Valério Filho, 2014).

A intervenção do homem no meio ambiente é considerada um dos principais agentes que podem causar ou intensificar um desastre (La Red, 1998; Kuhnen, 2009). Intervenções humanas ou fatores antrópicos são aqueles que “obstruem a drenagem natural, reduzindo a resistência do solo e facilitando a sua saturação. Soma-se a isso a disposição inadequada de resíduos sólidos e ação das chuvas e erosões” (Mendes, Valério Filho, 2014, p. 19). Por outro lado, os condicionantes naturais estão relacionados ao comportamento das rochas, gravidade, vegetação, pluviosidade, erosão pela água e vento e chuvas intensas (Mendes, Valério Filho, 2014).

No Brasil, entre os anos de 1991 a 2012, foram registrados 699 movimentos de massa, sendo que a maior parte ocorreu no período de novembro a março (Universidade Federal de Santa Catarina, 2013).

Das 699 ocorrências registradas, 79,8% delas ocorreram na região Sudeste. No estado de Minas Gerais foram registrados 208 eventos, em São Paulo, 165 e no Rio de Janeiro ocorreram 153 eventos. Estes desastres afetaram 5 milhões e meio de pessoas e causaram 535 mortes. A maior parte delas ocorreu em três incidentes: em 2009, no município de Angra dos Reis, onde foram registrados 52 óbitos; em

2010, no município do Rio de Janeiro, vitimando 57 pessoas e em Niterói (Morro do Bumba), onde foram registradas 165 mortes (Universidade Federal de Santa Catarina, 2013).

Em São Paulo, dos 165 eventos ocorridos, foram contabilizados 61 óbitos, 605.966 pessoas atingidas, 10.572 pessoas desabrigadas e 150 feridos. No município de São José dos Campos ocorreram dois escorregamentos (Universidade Federal de Santa Catarina, 2013).

Com o propósito de mitigar os desastres no Brasil e criar um sistema capaz de gerenciar eficazmente os locais sujeitos a desastres, foi criada a Lei 12.608/2012, que trata da constituição de um sistema de informações e de alertas de desastres. Em seu escopo são mencionadas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil, articulando entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a redução de desastres e apoio às comunidades atingidas. Como parte das ações preventivas ao desastre, tem-se o monitoramento e a emissão de alertas antecipados de desastres.

Como parte da implementação dessas políticas, em julho de 2011, foi criado, por meio do Decreto Presidencial nº 7.513, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), unidade de pesquisa ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações, cujo objetivo é monitorar e emitir alertas de desastres naturais, visando salvaguardar vidas, bem como desenvolver pesquisas aplicadas.

Para o atingimento de seu objetivo o Cemaden repassa as informações de maneira célere ao Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), entidade ligada ao Ministério da Integração. Este, por sua vez, aciona a Defesa Civil do município que irá ser atingido. Esta articulação entre os órgãos permitiu que durante os anos de 2011 e 2016 fossem emitidos cinco mil alertas para os 957 municípios monitorados.

No escopo da Lei 12.608/2012, compete às Defesas Civas dos municípios, a responsabilidade de fiscalizar áreas de risco de desastres e vedar novas ocupações dessas áreas, organizar e administrar abrigos provisórios e moradias temporárias e manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos

extremos, entre outros. Todavia, a criação das defesas civis e redes de apoio crescem de maneira desigual no país, enquanto se desenvolve rapidamente em municípios que têm à disposição orçamento para a prevenção e mitigação, outros não recebem a mesma atenção pela administração pública.

O Cemaden apresenta três focos de atuação. O primeiro deles é o Conhecimento dos Riscos, por meio da coleta e análise sistemática dos dados coletados, o segundo é o Sistema de Monitoramento e Alerta que diz respeito ao desenvolvimento de sistemas operacionais e o terceiro é a Força Tarefa Nacional, composta por equipes multidisciplinares e que incluem o trabalho das Defesas Civis municipais e estaduais.

Existem dois outros eixos, que tratam da Difusão e Comunicação e da Capacidade de Resposta. A Difusão e Comunicação preocupa-se em entender se as pessoas compreendem os alertas, se a comunicação fornecida é clara e útil, e também se as pessoas que se encontram em situação de risco são alertadas. A Capacidade de Resposta está focada no desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento em âmbito local e nacional, isto inclui saber se o conhecimento local é colocado em uso, se são verificados e atualizados os planos de resposta e também se a população está preparada para responder aos alertas.

Embora estes dois últimos eixos não estejam dentro do foco principal do Cemaden, dentro deles são desenvolvidos projetos que têm como principal objetivo introduzir a cultura de percepção de riscos, por meio dos projetos “Pluviômetro nas Comunidades” e do “Cemaden Educação”.

O primeiro funciona através da distribuição de pluviômetros semiautomáticos (equipamentos que medem a quantidade de chuvas) e que são operados por equipes da comunidade local, por ex. Defesa Civil municipal. O segundo atua junto às escolas de Ensino Médio localizadas em municípios com áreas de risco. Este projeto incentiva os estudantes a coletarem dados locais e disponibilizá-los por meio do site do Cemaden por meio de um aplicativo elaborado para este fim.

Em 02 de maio de 2018, o Cemaden publicou o Plano Institucional de Pesquisa e Operação (Pipo). O documento abrange quatro áreas temáticas e onze linhas de pesquisa. Na área temática 04 – Ciência Cidadã na Prevenção de Riscos e



Desastres, os eixos apresentados acima estão incluídos sob a forma de projetos. Além deles, há um projeto especialmente dedicado ao estudo das percepções, comunicação e mobilização frente ao risco de desastre. E é neste projeto que esta pesquisa se insere.

Dentre as ações previstas, estão inseridas na temática quatro a necessidade de se conhecer as percepções e representações de risco dos atores que compõem o sistema de alerta, considerando o enfoque de gênero e etário. Esse conhecimento é importante, haja vista, segundo o documento, “a importância em se identificar as percepções, representações e práticas frente ao risco de desastres, dos diferentes atores que compõem a cadeia do sistema de alerta” (Pipo, p. 30).

É consenso, segundo Souza e Zanella (2009, p. 57), que não se deve tratar de planejamento urbano e também de gestão de alertas de risco “sem que anteriormente seja investigada a percepção dos moradores sobre a situação e o lugar onde vivem”.

Portanto, nesse contexto institucional, esta pesquisa poderá auxiliar na criação de modelos conceituais ou ferramentas que poderão ajudar no desenvolvimento de políticas públicas eficazes para a gestão de riscos, bem como melhorar a comunicação institucional não só com as comunidades que estão expostas a riscos, mas com todos os atores que compõem a cadeia de gestão de riscos.



## 4.1 Método de abordagem

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas a observação etnográfica (Caprara, Landim, 2008; Peirano, 2014; Uriarte, 2017), e entrevistas semiestruturadas (Duarte, 2001; Manzini, 2003) com doze moradoras de áreas classificadas como risco muito alto para escorregamento de encostas.

### 4.1.1 Local do estudo

Para auxiliar a identificar os bairros que apresentavam risco muito alto para escorregamento de encostas, foi utilizado um mapeamento de áreas de risco associados a escorregamentos de encosta em 16 bairros localizados em São José dos Campos (Mendes, Valério Filho, 2014).

Esta pesquisa foi desenvolvida nos bairros Buquirinha I e Buquirinha II, localizados na zona norte de São José dos Campos, SP. A escolha dos dois bairros dentre os outros mapeados como áreas de risco muito alto deu-se pelo motivo da existência de uma unidade básica de saúde próxima ao local e que contam com o trabalho dos agentes comunitários da saúde. Essa aproximação dos agentes comunitários com os moradores ajudaria a pesquisadora a visitar as casas, sem constituir uma ameaça e tampouco causar estranhamento.

O roteiro de entrevista foi composto por 22 questões e o roteiro de observação sugeria para o que a pesquisadora deveria estar atenta durante as visitas, bem como na exploração dos bairros (Apêndice 1).

O enfoque esteve em aproximar-se para conhecer como as moradoras vivem, o que pensam, como se relacionam e estabelecem “[...] trocas nas mais diversas esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa, etc.” (Magnani, 2002, p. 18) e facilitar para a pesquisadora na proximidade com os objetivos da investigação.

As observações e percepções da pesquisadora e o relato do que ocorreu em campo foram registrados em um diário e as entrevistas foram gravadas com o auxílio de um gravador de áudio HD instalado no celular da pesquisadora.

O material coletado nas entrevistas foi dividido em categorias com a ajuda do *software* NVIVO® (versão experimental para Windows™). Por tratar-se de uma versão livre, o uso do *software* ficou limitado apenas aos recursos de criação das categorias. As percepções e descrições da pesquisadora sobre o campo foram incorporadas na Análise e Discussão dos Resultados.

#### **4.1.2 A presença da pesquisadora no campo**

Em dezembro de 2017, a pesquisadora entrou em contato com a Secretaria Municipal de Saúde e solicitou autorização para realizar a pesquisa com acompanhamento dos agentes comunitários de saúde que atuam nos Bairros Buquirinha I e II.

Juntamente com o Ofício, foram enviados o Projeto de Pesquisa e o Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) (Anexo 1).

Ao receber a autorização, a pesquisadora entrou em contato com a responsável pela Unidade Básica de Saúde (UBS), Sra. Paula Ribeiro. Preliminarmente, houve a troca de *e-mails* e chamadas por telefone, com a finalidade tanto de conversar sobre a pesquisa quanto para fazer os primeiros combinados e consolidar o contato, já que os agentes comunitários só voltariam de férias na primeira semana de fevereiro de 2018.

Em fevereiro, a pesquisadora visitou a Unidade Básica de Saúde no Buquirinha, onde conheceu a enfermeira Paula pessoalmente. Ela estava bastante atarefada, pois embora fosse muito cedo, a UBS já estava lotada por pacientes que aguardavam atendimento. Gentilmente, ela deu atenção à pesquisadora, levando-a para a reunião programada com os agentes comunitários.

Estiveram presentes na reunião quatro agentes comunitários de saúde. A pesquisadora fez uma breve apresentação do projeto de pesquisa e do objetivo pretendido e também apresentou um mapa da região (Mendes, Valério Filho, 2014), contendo o nome das ruas que estavam mapeadas como áreas de risco muito alto – R4. A pesquisadora falou o nome das ruas as quais necessitaria visitar e duas agentes, Tatiane e Luana, permitiram que a pesquisadora as acompanhasse nas visitas, pois estas ruas faziam parte das microrregiões em que elas atuavam.

Elas contaram à pesquisadora um pouco de seu dia a dia em campo e relataram que há pouco tempo a prefeitura já havia estado no bairro e que, nesse período, desapropriou algumas casas para demoli-las e que os moradores poderiam estar desconfiados. Sendo assim, seria melhor, a princípio, que a pesquisadora não falasse sobre escorregamentos.

A pesquisadora explicou-lhes que iria abordar durante as entrevistas, temas que abrangeriam desde as opções de lazer no bairro até dados como saúde, e o assunto sobre escorregamentos seria mais um dentre outros.

As casas onde se realizariam as entrevistas foram escolhidas pelas agentes, já que elas conheciam bem as famílias. Na escolha, elas levaram em conta o perfil das moradoras que poderiam concordar em serem entrevistadas. Na seleção, foram excluídas moradoras diagnosticadas com doença mental que pudesse prejudicar seu contato com a realidade, bem como aquelas que poderiam fazer uso de substâncias entorpecentes antes da entrevista. Também sugeriram que não fossem visitadas as casas onde pudesse haver moradores envolvidos com o comércio de drogas ilícitas.

Em campo, quando a agente e a pesquisadora chegavam às casas, a agente apresentava a pesquisadora à moradora e explicava o motivo de ela estar participando da visita. Após a conversa sobre amenidades e a agente fazer o atendimento referente à saúde, a pesquisadora perguntava à moradora se ela gostaria de responder a uma pesquisa.

Houve ocasiões em que a agente apresentava a pesquisadora e falava sobre a pesquisa que iria ser feita, e posteriormente, fazia seu trabalho.

Foram feitas tentativas de visitar dezoito casas, entretanto, em cinco casas as moradoras não estavam presentes e, em uma, a moradora havia se mudado. Portanto, foram entrevistadas doze moradoras.

#### **4.1.3 Procedimentos éticos**

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP da Universidade Federal de São Paulo (CEP–Unifesp), por meio do parecer 2.313.632 (Anexo 1).

Antes do início das entrevistas, a pesquisadora explicou às entrevistadas que seus nomes e endereços não seriam divulgados e que a entrevista duraria o tempo que elas julgassem necessário, conforme explicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2).

#### **4.2 Análise dos dados**

Além dos dados que foram coletados por meio de entrevistas em profundidade com doze moradoras dos Bairros Buquirinha I e II que tiveram suas moradias classificadas como construções localizadas em áreas de Risco muito alto – R4, foi realizada, também, uma pesquisa documental.

Não há registro em livros ou documentos da história dos bairros na biblioteca Cassiano Ricardo em São José dos Campos. A pesquisadora também utilizou a ferramenta de busca do Google, usando os termos “bairro Buquirinha I” e “bairro Buquirinha II” e “história do bairro Buquirinha”, e os resultados encontrados foram sobre temas aleatórios que em geral não diziam respeito aos bairros.

Por meio de conversas informais com as agentes comunitárias que atuam naquela microrregião, foram reunidos dados que também auxiliaram no conhecimento do campo da pesquisa. A pesquisadora registrou as observações do campo em um diário.

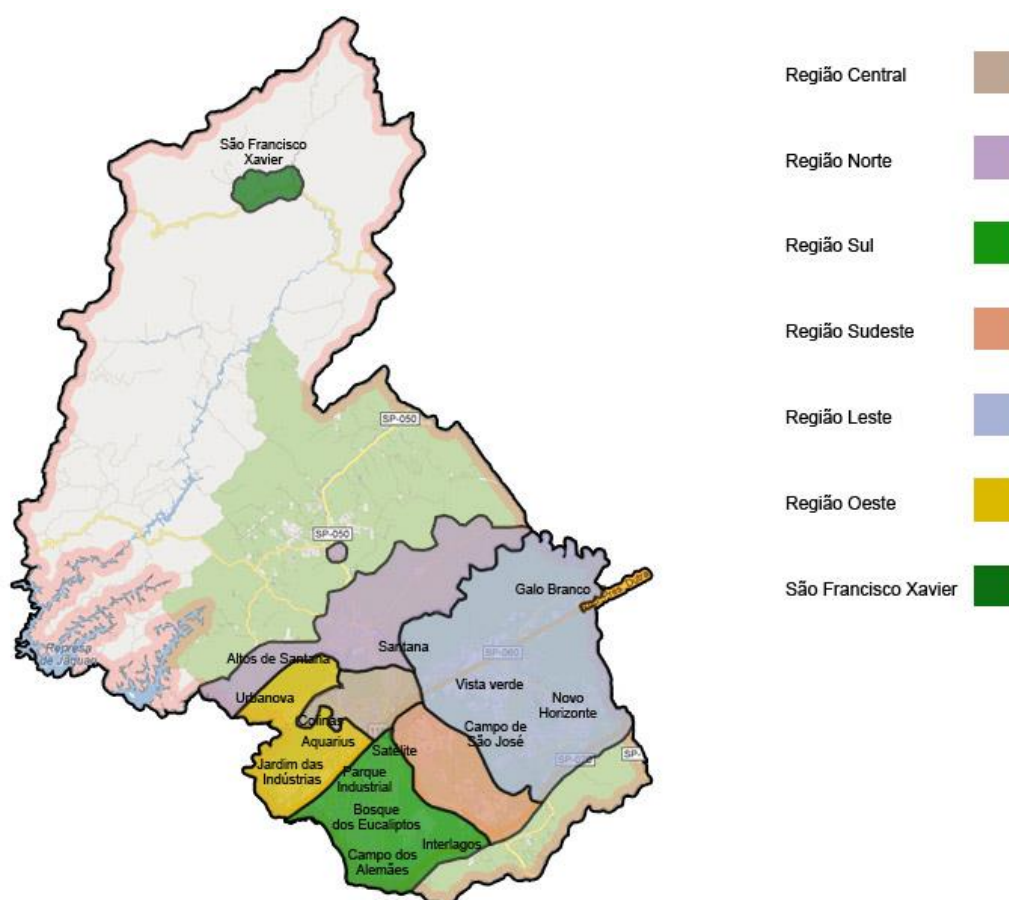
### 4.3 Algumas informações sobre a cidade de São José dos Campos

O município de São José dos Campos está localizado na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sub-regiões no Estado de São Paulo. Seu nascimento iniciou-se com a construção de uma fazenda às margens do Rio Comprido pelos jesuítas ao final do século XVI. A partir do século IX, o crescimento econômico começou a ocorrer com o desenvolvimento da agricultura e com a chegada da estrada de ferro (Prefeitura Municipal De São José Dos Campos, 2012).

Durante um período de sua história, a cidade ficou conhecida como um centro de tratamento para tuberculose, mas em 1950, com a instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e com a inauguração da Rodovia Dutra, São José dos Campos começou a ser reconhecida como um polo tecnológico (Prefeitura Municipal De São José Dos Campos, 2012).

Mais tarde, com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) pertencente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), empresa privada fabricante de aeronaves, outras empresas instalaram-se na cidade, consolidando a vocação da cidade para a área de tecnologia (Prefeitura Municipal De São José Dos Campos, 2012).

Atualmente, a cidade ocupa uma área de 1.099 km<sup>2</sup>, sendo que 745,7 km<sup>2</sup> são de área rural. A cidade é dividida em 07 regiões: Distrito de São Francisco Xavier, Leste, Sudeste, Sul, Centro, Oeste e Norte. A zona Norte ocupa uma porção de 6.359,46 km<sup>2</sup> e nela estão localizados os bairros do Buquirinha I e II, onde foi realizada a pesquisa (Figura 1).



Fonte: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/mapa/>  
**Figura 1. Mapa de São José dos Campos.**

No último censo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, São José dos Campos foi classificado como a 7ª cidade mais populosa de São Paulo, apresentando uma população aproximada de 629.921 habitantes.

O censo ainda aponta que a cidade conta com 1.374 instalações industriais, 9.670 comércios e 12.472 instalações identificadas como pertencentes ao setor de serviços. Aproximadamente, 59 % da mão de obra ocupada estão trabalhando no comércio e serviço. Estes setores são caracterizados como pagadores de baixos salários.

Dos dados apresentados sobre a cidade, o IBGE (2010) apontou que 70% dos domicílios da cidade são próprios e que apenas 10% da população recebem mais de 05 salários mínimos. Uma parcela de 7,6% dos moradores, está vivendo em imóveis cedidos ou em outra condição e 3% declararam não ter rendimentos. Do



total de moradias, apenas 3,2% das residências carecem de abastecimento de água e 8,56% ainda aguardam a instalação da rede de esgoto, caso de algumas residências dos Bairros Buquirinha I e II.

Segundo a página web da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, quanto aos equipamentos de saúde, na cidade tem quarenta Unidades Básicas de Saúde (UBS), sete unidades de pronto atendimento e dois hospitais municipais. A cidade conta com 834 leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e 614 particulares.

Das 44 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) atuantes em São José dos Campos, 03 delas estão trabalhando na Unidade Básica de Saúde do Buquirinha.

#### **4.3.1 O mapeamento de risco no local da pesquisa**

Em 2013, por meio de um convênio entre a Prefeitura de São José dos Campos e a Universidade do Vale do Paraíba (Univap) (Mendes, Valério Filho, 2014), foi realizado um mapeamento de risco que diagnosticou o risco geotécnico de escorregamento de encosta em dezesseis bairros de São José dos Campos. Esta pesquisa foi realizada em dois deles, os bairros Buquirinha I e Buquirinha II.

Os bairros Buquirinha I e II, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), finalizado em julho de 2018, são classificados como Núcleo Informal. O artigo 61 do Plano (p. 35) define Núcleo Informal como “imóveis utilizados como cortiço, agrupamentos de habitações precárias, favelas ou loteamentos irregulares, que demandam estudos específicos quanto à regularização fundiária ou quanto à necessidade de reassentamento”.

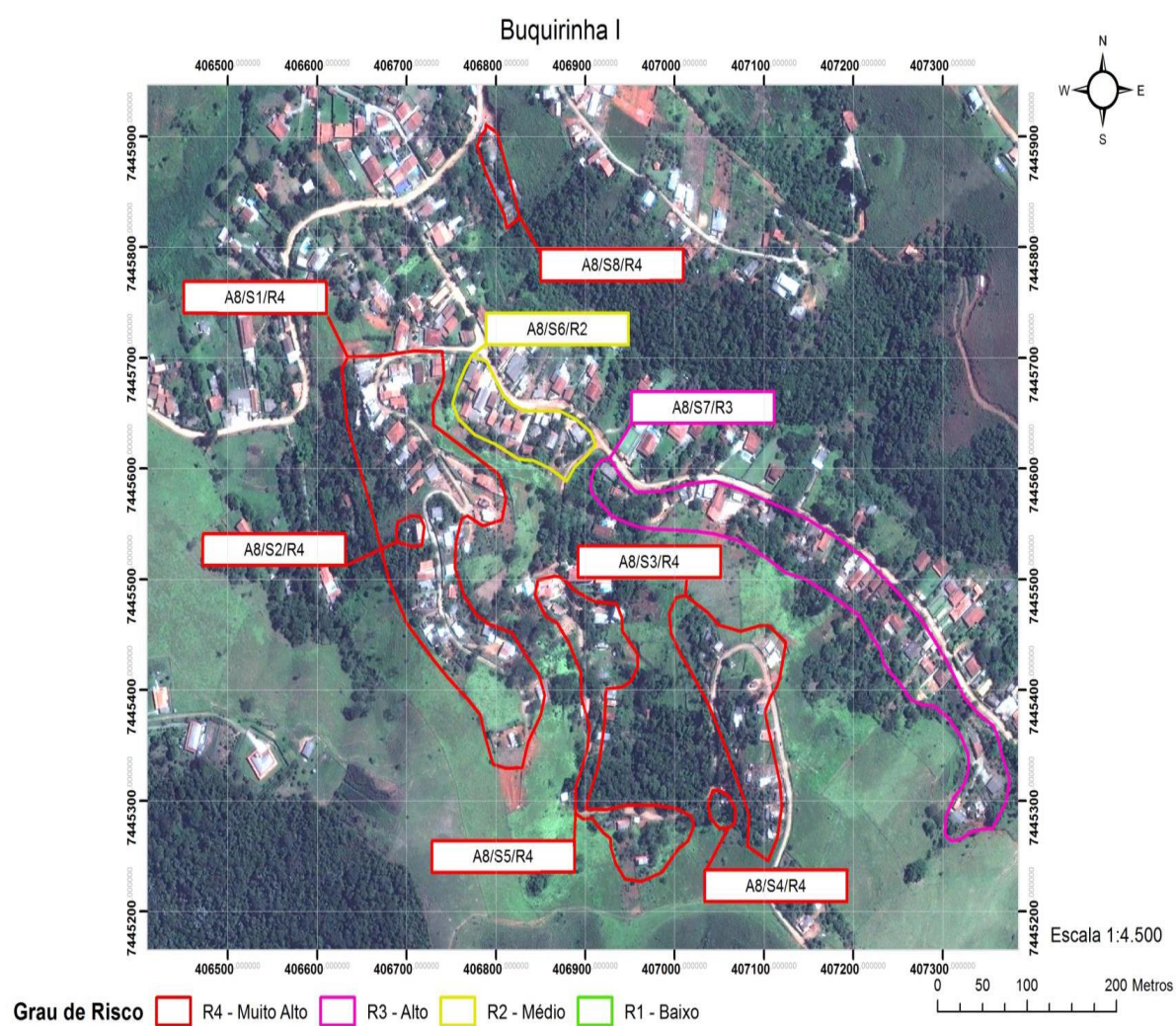
Esses lotes também estão localizados dentro da Macrozona de Desenvolvimento Sustentável. Para o Plano Diretor (2018), a Macrozona de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivos racionalizar a utilização de recursos naturais, convivendo com a ocupação humana já instalada na região, equacionar o desenvolvimento de atividades rurais com as de comércio e serviços de baixo impacto ambiental, entre outras.

O chamado Núcleo Informal poderá se tornar uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis), caso sejam comprovados o interesse social e sejam feitos os estudos da análise de risco, de restrições ambientais e também da viabilidade urbanística.

Feito isso, a Prefeitura estabelece condições de habitação por meio da instalação de equipamentos públicos, além de ampliar a oferta de terra, incorporar à cidade os assentamentos habitacionais de baixa renda que já existem no município e minimizar as situações de risco ocasionadas pela ocupação de forma irregular. Por meio da Zeis ela também cria dispositivos impeditivos de expulsão indireta, decorrente da valorização jurídica e urbanística.

Na zona norte, onde estão localizados os bairros Buquirinha I e II, há presença de muitas áreas de risco de escorregamentos e enchentes, devido às suas características topográficas (Mendes, Valério Filho, 2014). E, de acordo com o mapeamento executado nos 16 bairros, há 2.016 moradias ameaçadas em São José dos Campos. Das 108 moradias localizadas em área de risco no bairro Buquirinha I, 72 foram classificadas como risco muito alto para escorregamentos. No bairro Buquirinha II, das 113 moradias, 97 são de risco muito alto (Mendes, Valério Filho, 2014).

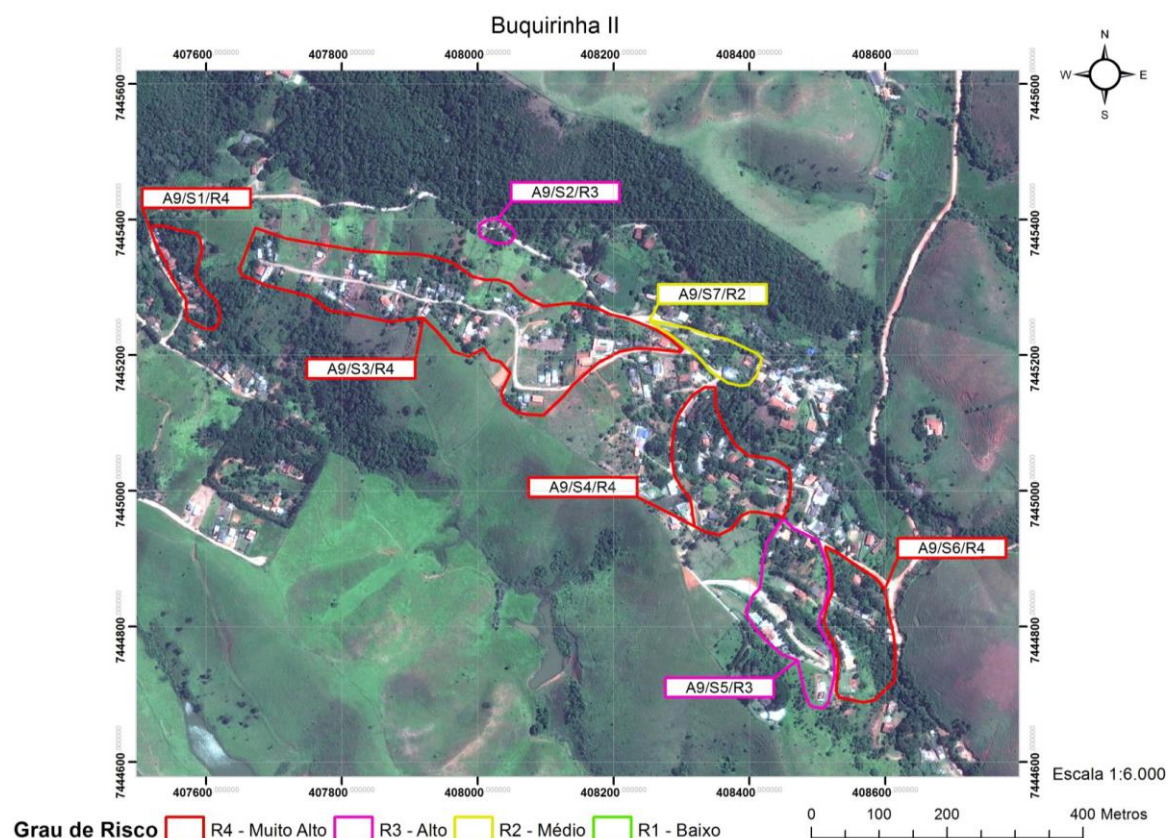
O Mapa abaixo mostra uma imagem de satélite do bairro Buquirinha I. Na imagem é possível ver as áreas mapeadas desde Risco muito baixo - R1 até Risco muito alto - R4 (em vermelho) (Figura 2).



Fonte: Mendes, Valério Filho (2014).

**Figura 2. Imagem de satélite do bairro Buquirinha I.**

O mapa abaixo, mostra o mapeamento das áreas de Risco muito alto – R4 no bairro Buquirinha II (Figura 3).



Fonte: Mendes, Valério Filho (2014).

**Figura 3. Mapeamento das áreas de Risco muito alto – R4 no bairro Buquirinha II.**

A classificação R4 (risco muito alto) indica maior susceptibilidade a escorregamentos. Neste caso, as opções são a remoção definitiva ou preventiva. Isto implicaria que os moradores abandonassem suas casas, e se permanecessem, teriam que providenciar intervenções técnicas adequadas para que seus terrenos se tornassem mais seguros. Tais soluções, por serem muito caras, são economicamente inviáveis para boa parte deles.

#### 4.3.2 Caracterização do local da pesquisa

Os bairros Buquirinha I e II estão localizados na região Norte de São José dos Campos. O acesso a esses bairros é feito pela Via Norte e SP-50. Nos dois bairros contrastam as construções como chácaras e mansões com a precariedade de casas autoconstruídas.



O bairro conta com uma UBS, duas escolas, sendo uma estadual e outra municipal, algumas lojas de construção, mercados, pequenas igrejas evangélicas e bares e também um grande número de chácaras para locação para festas particulares. A pesquisadora não viu nenhuma praça ou parque.

As moradoras têm muitos animais domésticos como cachorros, gatos, pássaros e tartarugas e há grande presença desses animais na rua. Elas também gostam de cultivar os próprios alimentos em hortas e pequenas plantações no quintal de suas casas. Alguns moradores vendem uma pequena parte da produção para obter renda ou trocam com os vizinhos por algo de seu interesse.

A rua asfaltada vai até o início dos dois bairros e, a partir daí o caminho é de terra com subidas muito íngremes, sendo que nos dias de chuva o acesso só é possível para carros com tração 4x4.

Existem quatro linhas de ônibus para os bairros. Nos finais de semana, a oferta de horários é limitada. Os ônibus não sobem as encostas e só chegam à rua que está localizada na entrada dos dois bairros.

Na entrada dos bairros há uma placa de advertência instalada pela prefeitura que indica que a área é sujeita a escorregamentos de encostas e que veda a construção de qualquer edificação (Figura 4).



Fonte: própria autora.

**Figura 4.** Foto da placa de advertência instalada pela Prefeitura.

Mesmo com a existência da placa, os moradores e os proprietários de terrenos não se intimidam, haja vista que em algumas ruas trafegavam caminhões carregando materiais de construção para serem utilizados na construção de novas residências.

Havia muitas ruas desertas e nas ruas com maior circulação de pessoas, os moradores ficavam diante das casas conversando com os vizinhos.

A próxima imagem mostra uma rua que fica em um dos pontos mais altos do bairro, onde há pouca circulação de carros e pedestres (Figura 5).



Fonte: própria autora.

**Figura 5.** Foto da rua localizada em um dos pontos mais altos do bairro Buquirinha I.

Na próxima imagem, o trânsito de caminhões e carros na rua é constante (Figura 6).



Fonte: própria autora.

**Figura 6. Foto da rua com maior tráfego de pedestres, carros e caminhões.**

Os moradores parecem conhecer todos que transitam pelos bairros, pois sempre que a pesquisadora chegava, havia muita agitação. Nas ruas desertas, a pesquisadora pôde perceber que alguns residentes desconfiados observavam a movimentação por meio de pequenas frestas nas portas e janelas. Nas ruas com movimentação de pedestres, os grupos reunidos na calçada em frente às casas paravam de conversar e observavam atentamente a chegada da pesquisadora.

Devido à curiosidade, alguns vizinhos não se intimidavam e entravam na casa das entrevistadas, com a finalidade de saber o que estava ocorrendo e participavam de algumas entrevistas, fazendo alguns comentários.

#### 4.4 Caracterização dos participantes

As entrevistas foram realizadas nas casas das moradoras. Em algumas casas, no momento das entrevistas estavam presentes os maridos e os filhos. Nesse caso, os maridos iam para outro cômodo ou quintal, a fim de darem mais privacidade à pesquisadora.

As exceções ocorreram por conta de vizinhos, que faziam comentários adicionais e as crianças, que se mantiveram atentas durante as conversas.

Para manter a privacidade das entrevistadas, seus nomes foram trocados pelas letras E, acompanhados da numeração que indica a ordem das entrevistas. Também não será exposto o nome da rua e o bairro (se Buquirinha I e II) onde estão localizadas as suas residências.

**Quadro 1. Relação de entrevistadas moradoras dos Bairros Buquirinha I e II.**

<i>Identificação</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>
E1	Aposentada	74	2º ano primário
E2	Dona de casa	60	Primário completo
E3	Dona de casa	60	7º ano fundamental
E4	Dona de casa	84	Sem escolaridade
E5	Costureira	38	Ensino Médio completo
E6	Dona de casa	49	1º ano fundamental
E7	Dona de casa	19	Ensino Médio completo
E8	Dona de casa	34	8º ano fundamental
E9	Cuidadora	36	5º ano fundamental
E10	Dona de casa	39	3º ano primário
E11	<i>Free Lancer</i>	32	9º ano fundamental
E12	Aposentada	62	Técnico em Contabilidade

As moradoras se caracterizam por serem donas de casa que, em geral, investem seu tempo no cuidado com a casa, família e animais domésticos. Também apresentam um baixo nível de escolaridade, o que pode acarretar dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho. A faixa etária das moradoras variou dos 19 aos 84 anos.



## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

---

Os dados coletados foram divididos em dois tópicos: o primeiro corresponde ao contexto sociocultural das moradoras e o segundo busca explicar o lugar que o risco de escorregamentos de encostas ocupa em suas vidas.

## 5.1 O contexto sociocultural das moradoras

A análise das observações e entrevistas evidenciou a necessidade de inserir a questão do risco no contexto sociocultural. Desta forma, inicialmente, foram organizadas as categorias abaixo para auxiliar na análise dos dados coletados durante as entrevistas e entender o contexto social em que estas mulheres vivem e atuam.

**Quadro 2. Descrição das categorias preliminares para análise dos dados coletados**

<b>1</b>	<i>Condições Socioeconômicas e Acesso ao Lazer</i>	refere-se à renda familiar e como fazem para garantir o sustento e o que elas fazem em seu tempo livre, isto é, quando não estão se dedicando ao cuidado com a casa, filhos e trabalho.
<b>2</b>	<i>A Construção da Casa</i>	busca mostrar se a residência da entrevistada foi autoconstruída, feita por terceiros, o tipo de construção, por exemplo, tijolo, papelão, madeira, etc.; e a necessidade ou vontade da moradora em fazer futuras modificações na casa.
<b>3</b>	<i>Dinâmica Familiar e Comunitária</i>	fala sobre o número de moradores de uma mesma casa e seu vínculo familiar e emocional e também a interação com vizinhos que vivem na mesma rua e participação em eventos no bairro.
<b>4</b>	<i>Infraestrutura Pública e Saúde</i>	lista todos os equipamentos públicos citados pelas moradoras, especialmente, os relacionados ao atendimento em saúde. Esta categoria também descreve os problemas de saúde vivenciado e quais os percursos de tratamento, sejam eles com ou sem a ajuda do Estado.
<b>5</b>	<i>Percepção da Violência e a Violência Cotidiana</i>	refere-se tanto a percepção quanto a vivência em relação ao tráfico de drogas, roubos, violência doméstica, abuso de autoridade, abandono do poder público.
<b>6</b>	<i>Migrações</i>	permite verificar o local de origem das moradoras e os locais em que viveram antes de irem morar nos Bairros Buquirlinha I e II.
<b>7</b>	<i>Sugestões ao Poder Público</i>	categoria que se refere às sugestões dadas pelas moradoras para melhoria do bairro.

Embora a pesquisadora resida em São José dos Campos há 14 anos, ela não conhecia os bairros Buquirinha I e II. Os bairros estão localizados a aproximadamente 15 minutos do centro da cidade, indo de carro.

Como exposto na foto abaixo, o local tem uma paisagem rural e as pessoas parecem viver em um ritmo de vida diferente ao de um centro urbano. Essa impressão confirmou-se em alguns momentos, mas em outros, toda a tranquilidade que parecia transparecer, configurou-se numa paisagem de isolamento e de solidão, pois a maioria das ruas sempre estava deserta, com pouco movimento de carros e pedestres, indicando que os moradores ocupam pouco o espaço público (Figura 7).



Fonte: própria autora.

**Figura 7. Imagem do alto de uma encosta no bairro Buquirinha II.**

### 5.1.1 Condições socioeconômicas e acesso ao lazer

Das doze entrevistadas, sete são donas de casa e seus maridos são aposentados, percebem um salário mínimo e, para complementarem a renda, fazem pequenos trabalhos, os conhecidos “bicos”. Apenas duas entrevistadas recebem Bolsa Família.

As áreas de lazer e os centros culturais estão localizados em bairros próximos, mas devido às suas condições socioeconômicas, as moradoras não têm recursos financeiros para transitar pela cidade e frequentar as áreas de lazer. No caso das idosas, há o problema de subir as encostas muito íngremes, já que os ônibus só trafegam pelas ruas localizadas nas beiradas das encostas.

Nos bairros é possível ver que a desigualdade social é exposta tanto por meio das construções e pela precariedade presente nos bairros quanto pelo baixo poder aquisitivo das moradoras. A paisagem é composta por casas autoconstruídas e inacabadas em contraste com casas construídas com mão de obra profissional e bons materiais de construção. Segundo as moradoras, quando sobra dinheiro, elas investem na reforma e ampliação da casa.

*E1: Eu sou. Eu vivo da aposentadoria. É que eu pago conta de luz, água, faço compra. Depois que eu aposentei que eu consegui construir minha casa, aí derrubei o barracão. Agora fazendo aos pouco... que nem meu filho... e tá fazendo aos pouco, tá fazendo em cima, né? A casa dele embaixo, ele aumentou tudo... então...*

*Jane: A sua mãe trabalha? Seu irmão trabalha?*

*E7: Minha mãe trabalha.*

*Jane: Vocês recebem algum benefício do governo?*

*E7: Bolsa família né.*

*Jane: não? Tava trabalhando antes ou é dona de casa?*

*E10: dona de casa*

*Jane: aham, vocês recebem algum benefício do governo?*

*E10: bolsa família*

*Jane: tá, bolsa família, mais alguém trabalha na sua casa?*

*E10: não*

*E11 – Sim, faço ‘bico’ né, Free Lancer.*

*Jane – Aham.*

*E11 – Recebo todo sábado e domingo.*

*Jane – Aham.*

*E11 – E assim vamos indo. Meu marido faz ‘bico’ também.*

Frequentar a igreja é uma forma de lazer para essas mulheres. Dessa forma, elas saem de casa e socializam com outras pessoas durante as missas ou por meio da participação em qualquer outra atividade liderada pela igreja. A televisão também é uma forma de elas ocuparem seu tempo. Durante as entrevistas, das doze casas visitadas, a televisão estava ligada em onze delas e se estivesse desligada elas ligavam durante a entrevista.

*E2: Aí eu não saio sabe por quê? ... meu marido ganha um salário mínimo, né?*

*Jane: E aqui, você frequenta algum lugar no bairro, igreja?*

*E6: A gente vai a missa aqui.*

*Jane: A católica?*

*E6: É.*

*Jane: Fora isso, existe algum lazer no bairro?*

*E6: Não.*

No que concerne à religião, elas se definem como católicas ou evangélicas. Nos dois bairros há presença de dois centros de umbanda, mas nenhuma delas se identificou como frequentadora. Os comentários eram de que os centros são frequentados por moradores vindos de “outros” bairros.

### **5.1.2 A construção da casa**

Com o rápido processo de urbanização e a exploração das terras urbanas pelo mercado imobiliário, surgiu como alternativa para os grupos populares a construção de casas em loteamentos irregulares. As pessoas, em situação de maior vulnerabilidade social, buscaram resolver o problema do acesso à moradia, ocupando terras vazias ou vendidas de maneira ilegal, mas que estivessem localizadas em áreas degradadas ou de risco ambiental e que, por isso, são pouco valorizadas pelo mercado imobiliário.

Durante a entrevista, a pesquisadora perguntou sobre o processo de aquisição do terreno, como as casas foram construídas, se elas planejavam realizar melhorias no imóvel ou mudar-se para outro bairro.

O tipo de construção explicado pela Entrevistada E1 é, de maneira geral, adotada pela maioria dos moradores dos Bairros Buquirinha I e II que não têm recursos financeiros.

*Ele começou aqui a cozinha, subiu o alicerce, tudo ferragem, um metro e pouco de ferro embaixo, fez muito bem feito. Lá a coluna é larga, quanto ferro não foi, né? É que nem o vizinho aqui, tá construindo a ponte, quanto ferro não gastou aqui? Mas é prano, né? O Sérgio fez a garagem embaixo... vai fazer 3 andar aí ó. Já vieram aqui. Já foi na prefeitura e tudo, aprovou, né? Então continua construindo. Cê viu a casa que meu filho fez ali de praca? Né? Viu? Em dois dias ele fez aquela casa de praca, só veio um pedreiro pra ajudar ele, mas tudo isso aí ele faz sozinho. Hoje ele não tá trabalhando porque tá de forga, amanhã ele trabalha aqui do lado. Ele tá fazendo esses praca pra por ali na entrada... e já vem... ele descarregou tanta praca que tava ruim da coluna. Carregou tudo ali pra... essa rampa aí... tudo praca. Mas tem, né? Tem firma, né? (E1)*

A autoconstrução ocorre com a participação de familiares, amigos e vizinhos. No início, os terrenos são ocupados com a construção de um ou dois cômodos e ao longo dos anos, as construções tornam-se casas de dois pavimentos.

O uso de materiais como barro, placas de alumínio, restos de madeira, tijolo baiano e de concreto são comuns. Devido à multiplicidade de materiais utilizados, as casas tornam-se mosaicos, representando as fases na vida dessas moradoras, como por exemplo: o nascimento de um filho ou neto, um parente distante que vem morar com a família ou apenas uma fase em que a família dispunha de maior renda e conseguiu investir na casa.

As fotos abaixo expõem as construções do local (Figuras 8, 9 e 10).





Fonte: própria autora.

**Figura 8. Frente da casa de uma das entrevistadas com acúmulo de lixo.**



Fonte: própria autora.

**Figura 9. Lateral da casa de uma das entrevistadas.**





Fonte: própria autora.

**Figura 10.** Imagem de uma das construções presentes no quintal da moradora.

A pesquisadora, durante as entrevistas, pôde perceber que o sentimento de pertencer ao bairro e o apego afetivo àquelas construções ocorrem porque estas são carregadas de histórias que simbolizam tanto as conquistas quanto as dificuldades.

Nesse caso, a casa é o espaço vital construído dentro de um número reduzido de possibilidades e a cada tijolo, a cada placa, ou papelão, a construção da casa é uma expressão tanto simbólica quanto factual de pertencimento e vinculação que se dá pela ocupação daquele espaço.

Mesmo em condições precárias é possível ao cidadão que vive naquelas condições, identificar-se com um espaço físico. Essa possibilidade é explicada por Vargas (2016, p. 539) em que ele afirma que “a insistência na permanência ou no retorno ao local de moradia e na reconstrução em territórios tecnicamente condenados aponta para a importância de um lugar seu”.

O desejo de permanência ocorre, pois o espaço conquistado torna-se seguro “[...] no sentido de que lhe pertence acima de tudo, pela identidade e pela proximidade com seus hábitos, relações, afinidades e, mesmo, com as táticas que envolvem sua sobrevivência” (Vargas, 2016, p. 548-549). Por isso, à medida que o



tempo passa e a família cria raízes no bairro e constrói sua história no local, ela aumenta seu investimento afetivo e financeiro.

O desejo de permanecer no local é explicitado por meio da fala das entrevistadas E8 e E3:

*“A gente quer dar uma melhorada nela, reformar ela. Ele quer mais para frente, fazer mais uns dois cômodos né, vai demorar né”. (E8)*

*“Aí eu reformei, porque não podia construir. Na verdade, era... Derrubar, né? Você pode ver que os cômodo são pequeno. Aí aqui tinha uma varanda. No início, era uma lavanderia. Daí, eu puxei a cozinha, puxei a lavanderia pra trás, né? Fazer um terraço lá e lavanderia. Aí, lá embaixo, também, eram só dois cômodo. Daí eu tava reformando, não era nem pra ninguém...Morar. Inicialmente, era pra quando viesse o pessoal...”(E3)*

A manutenção de um estilo de vida menos urbano e mais rural, a construção das casas em terrenos amplos e a ausência de condições econômicas para compra de imóveis em bairros com o metro quadrado mais caro e com equipamento público adequado, incluindo segurança e lazer, reforçam a permanência dessas moradoras.

Para algumas das moradoras, a espera por investimentos feitos pelo Poder Público em seus bairros leva quase vinte anos. Isto ocorre pela concentração de riqueza nas mãos de 1% da população brasileira e da diversidade de fatores que concorrem para a desigualdade social, tais como “[...] serviços públicos insuficientes, corrupção, elevada carga tributária sem a contrapartida de prestação de serviços públicos de qualidade e desigualdade de oportunidades” (Pena et al., 2015, p. 893).

Dessa forma, as participantes se inserem na camada da população mais desfavorecida e não conseguem ter em suas opções de escolha a construção de suas casas em outros bairros que ofereçam o mesmo espaço e que tenham boa infraestrutura.

### 5.1.3 Dinâmica familiar e comunitária

Por meio de pesquisas com famílias, Fonseca (2005, p. 55) verificou que “[...] para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia a dia e nas redes de ajuda mútua”. Esta configuração aparece no caso das entrevistadas, pois elas compartilham o mesmo terreno com outros membros da família e, muitas vezes, recebem parentes em suas casas.

Somente duas entrevistadas tinham um núcleo familiar tradicional, composto por mãe, filhos e pai/padrasto, responsável pelo rendimento mensal integral e a realização de trabalhos dentro da casa como conserto ou construção de novos cômodos. Às mulheres cabem os serviços domésticos tradicionais, como passar, lavar, cozinhar, embora algumas recebam aposentadoria ou exerçam alguma atividade esporadicamente.

Nas famílias com filhos, as crianças e os adolescentes vão para a escola. Alguns adolescentes ajudam seus pais na execução de pequenos trabalhos para ajudar a complementar a renda. Há membros da família que passaram um período no sistema prisional ou em clínicas de reabilitação e que estão retomando a vida familiar e em sociedade.

Fonseca (1999, p. 9) identificou que as famílias “[...] não apresentam uma unidade doméstica bem delimitada, autocontida. Muito pelo contrário, são perpassadas por outros grupos que competem pela lealdade de seus membros, criando uma dinâmica social que tem pouco em comum com o modelo nuclear”. No caso das moradoras, existe a participação de outros membros na dinâmica familiar como tios, primos, noras, genros.

*Jane: Aqui com a senhora moram quantas pessoas?*

*E2: São três.*

*Jane: São três, isso, né?*

*E2: É eu, meu marido...*

*Jane: Uhum.*

*E2: e minha filha.*

Os conflitos são frequentes na vida de algumas das moradoras. Como algumas delas dividem o mesmo terreno com parentes, ocorrem interferências de uns sobre os outros no dia a dia da família “nuclear”, como a situação descrita pela entrevistada E1. A entrevistada é uma senhora idosa e, atualmente, divide o mesmo terreno com um dos filhos e sua nora.

*E1: Porque agora o serviço tá ocupando muita coisa... e eu não arrumo gente pra trabalhar pra mim porque vem e me engana. Meu filho me enganou. Pedi pra ele trabalhar, terminar a cerca ali e limpar o fundo do quintal pra mim, arrumar ali só. Eu dei 400 reais pra ele... 200... paguei dezembro e novembro, e ele veio trabalhar?*

*Jane: A sua nora trabalha ou não?*

*E1: Não. Coitada. (ininteligível) [00:34:55] vai no médico e já vem passando mal. Pelo amor de deus, isso aí já tá morta e esqueceram de enterrar, ela fica puta comigo. Não é verdade? Você já morreu e esqueceram de enterrar?*

O movimento de pessoas na casa se dá por meio da vinda dos filhos de outros casamentos que não moram com elas e que vêm para São Paulo em busca de emprego, passam uma temporada e, quando estão empregados, costumam sair e ceder lugar para outro parente da família seja ele um primo, tio, ou apenas amigo de algum parente. Por isso é importante que as casas tenham muitos cômodos, para receber os parentes que estão em dificuldades.

*Jane – Estou vendo que no seu terreno tem mais casa né?*

*E11 – Tem.*

*Jane – São seus parentes?*

*E11 – Tem 3 casas. É a minha mãe com meu padrasto, minha irmã e o esposo com o bebezinho que vai chegar ainda em março.*

O relacionamento das entrevistadas com a vizinhança foi descrito com a existência de provocações e alguns conflitos, embora a maioria diga que a convivência é pacífica. A existência de poucas casas vizinhas leva algumas moradoras ao isolamento e para aquelas que residem nas áreas mais movimentadas, ele passa a ser opção, pois elas preferem ficar em casa por se intitularem “caseiras”.

*E1: Esse que vem na minha casa eu tenho contato mais na rua, mas de eu ir na casa dele conversar, não tenho não. Nem com a vizinha daqui... só quando eles precisam, procuram eu aqui. Não tem assim... é bom dia, boa tarde. Mas não sou muito... e todos os vizinhos aqui gostam de mim mas tem medo. A turma lá de baixo tem medo, né? Os vagabundo. Aquela mulher lá, mexer com ela, deus me livre. Ela dá coice até na sombra, ela é ruim. Não é que eu sou ruim, eu quero respeito. Aqui eu dou respeito pra ser respeitado, né?*

*E2: [a gente correndo]. Sussegadinho, né? Não tem perturbação, entendeu? Aqui é gostoso. O povo tá tudo alegre contente conversando um com outro sabe?*

*Jane: Ahã.*

*E2: Não tem esse negócio, leva e traz também.*

*Jane: Na vizinhança, a senhora tem amizade com os vizinhos?*

*E2: Uhum. Meus vizinho são ouro.*

*Jane: Você conhece os seus vizinhos, E9?*

*E9: Ah, não, não sou muito de amizade.*

*Jane: É mais de ficar em casa?*

*E9: Uhum.*

Existem algumas características no bairro que podem levar a um prejuízo na relação entre os moradores, dentre eles foi observado que há uma distância longa entre uma casa e outra, a presença de chácaras para aluguel que acabam aumentando a circulação de pessoas estranhas no bairro e o uso de algumas casas somente no final de semana. A ausência de áreas para lazer também contribui para a diminuição da interação entre vizinhos.

Outro aspecto importante, mas não tão evidente, é que a paisagem rural pode contribuir na ausência de espaços coletivos e, principalmente, ajuda a mascarar a desigualdade social existente ali, já que para o senso comum a vida no campo é boa e pacífica. O enfraquecimento das relações entre moradores pode levar a perda do espaço das relações sociais que “[...] possibilita o empoderamento dos sujeitos e a construção de redes sociais” (Vial et. al., 2010, p. 295).

Consequentemente, com a ausência de espaços coletivos facilitadores da convivência e sociabilidade, as moradoras têm dificuldades de criar oportunidades de se articularem em busca de soluções para o bairro.

#### 5.1.4 Infraestrutura pública e saúde

Em razão da exploração dos melhores terrenos e bairros da cidade pelas construtoras e imobiliárias, tornaram-se acessíveis aos mais pobres, os terrenos em encostas ou próximos a rios ou córregos. Muitos profissionais, aproveitando-se do desconhecimento dessa população de baixa renda, vendem “de forma legal” aqueles terrenos que, mais tarde, são reconhecidos pela prefeitura como loteamentos irregulares ou núcleos informais.

Como o loteamento é irregular, a Prefeitura não prevê em suas políticas a construção de infraestrutura básica para esses locais. Assim, a cidade se desenha de duas maneiras, aquela em que os terrenos são regularizados e valorizados pelo mercado imobiliário e contam com infraestrutura adequada e ofertas de serviços pelo poder público e a cidade constituída por loteamentos irregulares e favelas, na qual, quando existe a presença do equipamento público, esta se dá, em geral, por meio do poder de polícia (Forlin, Da Costa, 2010; Suriano, Reschilian, 2012).

Nos bairros Buquirinha I e II, o estado legal dos terrenos é conhecido pela maioria das entrevistadas e, segundo elas, existe um contrato firmado entre um advogado que fez a venda e os moradores. Para as moradoras, o contrato já é o suficiente para provar que o terreno é de sua propriedade. Elas justificam que o bairro está em situação irregular por culpa da prefeitura que não fiscalizou e tampouco regularizou a venda desses terrenos.

*“Mas, a gente pensa, a gente comprou na mão de advogado isso daqui, pagou. Como que a gente pode sofrer alguma coisa aqui? Por exemplo, já falaram de tirar a gente daqui. Mas, como que vai fazer isso sendo que a gente pagou e tudo, comprou na mão de advogado e tudo, né? Então a gente acha que não pode acontecer esse tipo de coisa. A gente fica nesse impasse. Não sei como é que fica” (E12)*

Conforme o Plano Diretor, finalizado em julho de 2018, os bairros Buquirinha I e II são classificados como Núcleos Informais e, como tais, só seriam passíveis de investimentos em infraestrutura caso se tornassem Zonas Especiais de Interesse Social - Zeis, no entanto, esses dois bairros apresentam 169 áreas de risco

diagnosticadas como R4. A Prefeitura, então, instalou uma placa de advertência no local e, inclusive, removeu moradores e derrubou algumas residências. As moradoras relataram que outras pessoas voltaram a construir nos mesmos lugares onde as casas foram derrubadas.

No caso dos bairros, a ocupação do espaço ocorre de duas maneiras, na primeira se deve à geografia em encosta que expõe ao perigo, fazem com que muitos terrenos se tornem mais baratos, gerando um mercado de compra e venda para os mais pobres. A segunda maneira é pelo fato de se tratar de um local tranquilo, mas que não é distante do centro da cidade, motivando a compra dos melhores terrenos por aqueles que têm maior poder aquisitivo.

O evidente contraste existente entre as construções encontradas no bairro indica que, ao se analisar a localização dessas habitações, “[...] pode-se perceber a organização desses espaços urbanos em zonas segregacionistas, resultantes desses interesses ideológicos, econômicos e políticos” (Suriano, Reschilian, 2012, p. 199). Nos bairros Buquirinha I e II, essa diferença se dá por meio da construção das casas, onde, enquanto os mais pobres autoconstroem suas casas e convivem com o risco de escorregamentos em seus terrenos, os que têm maior poder aquisitivo e que vivem em outros bairros, constroem chácaras em terrenos de risco baixo. Essas construções servem para as famílias passarem os finais de semana ou obter um rendimento extra, alugando para festas.

As moradoras do bairro Buquirinha I e II, sabem da situação ilegal de seus terrenos, no entanto, não possuem meios financeiros e legais para mudar a situação. Assim, elas entendem que nada pode ser feito, a não ser pela Prefeitura que deveria, segundo as expectativas delas, legalizar a área.

*“Legalizar, assim, porque a maioria dos bairros pra cá... Eh.. Foram feitos, assim, loteamentos irregulares. Irregulares, né? A pessoa pegou a terra, loteou, vendeu irregularmente” (E3).*

Outro ponto importante a ser discutido é o atendimento prestado para essas mulheres pelos equipamentos públicos de saúde.

A Saúde Pública é um conjunto de discursos, práticas e saberes que objetivam o melhor estado de saúde possível das populações e cujas ações dependem de fatores que estão interligados, como a “[...] a concepção do papel de Estado nos campos econômico e social e a concepção das responsabilidades individual e coletiva sobre a saúde e sobre os fatores intervenientes no processo saúde-enfermidade” (Almeida, 2013, p. 5).

No tocante à saúde, as moradoras relatam que o acesso à UBS é fácil, tendo em vista que os agendamentos são feitos pelo telefone e cumpridos pelos profissionais que atuam na ESF. A UBS está localizada na parte baixa do bairro e está fora da área de risco a escorregamentos de encostas. O local foi uma antiga chácara, o que se nota pelo estilo de construção. Os pacientes aguardam por atendimento, numa área externa coberta. Entretanto, o espaço interno não é suficiente e carece de manutenção (Figura 11).



Fonte: <http://www.meon.com.br/noticias/regiao/goteiras-e-mofo-prejudicam-atendimento-em-ubs-da-zona-norte>

**Figura 11. Imagem da entrada da Unidade Básica de Saúde – Buquirinha.**

Enquanto o atendimento prestado pela UBS é visto pelas moradoras como satisfatório, por outro lado, o atendimento hospitalar, especialmente para o caso de agendamento de cirurgias, deixa muito a desejar. Em seus relatos, elas comentam a desassistência gerada pela demora para agendar procedimentos cirúrgicos. O resultado disso é que o tratamento que traria a resolução de seus problemas de saúde não é feito por completo e, em muitos casos, agravam-se com o decorrer no tempo, como relatado por E3.

*E3: “Não, aqui faz tudo serviço público, né? Você vai pagar? A gente tem dinheiro pra pagar algum médico, algum hospital?” “[...] porque eu tô com duas cirurgias para fazer e até hoje nada...porque o SUS não chama pela demora, faz mais de dez anos que eu estou esperando para tirar o útero e até agora nada e a outra é do joelho que eu não tenho cartilagem” (E10)*

*Jane: A senhora fez cirurgia quê?*

*E3: Hérnia inguinal, mas, segundo o médico... Era um carocinho que não doía e nem nada...*

*Jane: Uhum.*

*E3: De repente, minha filha, começou um martírio. Acho que ele deixou a alça do intestino solta. O médico falou que sim, mas um médico jamais vai ferrar outro, né?*

*E3: De lá para cá, já foram três. Agora, vou pra quarta. Tô aguardando eles só ligarem pra marcar.*

*Jane: Isso diminuiu muito a qualidade de vida da senhora?*

*E3: Sim, porque eu andava muito, eu era uma pessoa muito ativa, me limitou muito, me limitou demais.*

O direito à saúde é previsto na Constituição Federal por meio do artigo 196, que descreve que é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Constituição também prevê que cabe ao poder público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. Além, da esfera pública, existe a responsabilidade individual e coletiva sobre a saúde. Nelas destacam-se o autocuidado e a adoção de um estilo de vida que favoreça a manutenção da saúde tanto individual quanto coletiva.



Ademais, os determinantes sociais certamente interferem no processo saúde-doença. Problemas com a urbanização, saneamento básico, moradia, lazer, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, emprego, renda e nutrição podem prejudicar a promoção da saúde de um indivíduo e/ou grupo (Buss, Pellegrini Filho, 2007).

No que se refere ao saneamento básico, nos bairros Buquirinha I e II coexistem duas situações; aquela em que os moradores recebem o fornecimento de água via encanamento e a outra por meio de carros pipa. Os moradores, que recebem por meio do carro pipa, instalam em seus terrenos várias caixas d'água para que possam fazer o armazenamento. A rede de esgoto não foi instalada nos dois bairros, portanto, os moradores utilizam a fossa séptica. As entrevistadas relataram que fazem a manutenção da fossa e das caixas d'água constantemente, sendo, porém, uma tarefa executada pelos maridos ou filhos.

*“É da Sabesp. Tenho caixa d'água, minha filha tem. Só o esgoto que, desde que nós mudamo pra cá, eles falara que ia ter rede de esgoto, né? Tavam mexendo. Aí falaram que aqui iam fazer uma rede coletiva. Tanto é que quando eu comprei os cano, eu já levei o encanamento do esgoto tá lá embaixo, até no final do quintal, porque aqui não tem. Então, aqui pegando, todas essas casa que cai pra baixo, eles iam fazer uma caixa coletiva, só que tá no papel até hoje. Até hoje, ninguém veio. Vieram falar que ia ter esse procedimento, coisa e tal, mas...” (E3).*

*“Aqui nem água encanada tem, a coisa aqui é feia. (risos). Aqui não, aqui diz que essa rua não existe no mapa, né! Aqui não é asfaltado. Não tem postinho, não tem escola né, já não tem água na nossa rua já começa por aí, que a gente precisa ficar economizando, aqueles tambores todos feio lá. O caminhão... está vindo uma vez, uma vez por semana. Vinha duas, uma época vinha três, depois começou a vir duas, agora vem um. Por isso que tem que ter bastante tambor pra ficar guardando água.” (E5)*

Para Prado e Sato (2017), dentre os múltiplos fatores envolvidos na gênese, no desenvolvimento e na conservação da doença, destacam-se as desigualdades no acesso a serviços de fornecimento de água e esgoto. Doenças provocadas por vermes, bactérias e pela proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, entre outras, são muito comuns em áreas que apresentam tais condições. Nos bairros, destaca-se o

acúmulo de lixo em algumas ruas, onde foram vistos desde lixo orgânico até restos de construções ou móveis e roupas.

Outro tema que pertence à urbanização e que afeta a qualidade de vida das moradoras refere-se à ausência de pavimento nas ruas. As encostas são muito íngremes e no tempo seco é necessário que os moradores tomem cuidado ao transitar de carro, pois as pedras fazem com que os pneus percam aderência ao solo, fazendo com que o pó, que é gerado pela circulação de veículos, entrem nas casas. A maioria das casas passa boa parte do dia com janelas e portas fechadas por esse motivo. Nas épocas de chuva, o transtorno é muito maior, pois o barro impossibilita o uso de qualquer meio de transporte. Os moradores, então, locomovem-se somente a pé, inclusive as crianças que têm de ir à escola.

*“E se não chove as pedras ficam soltas. E se chove muito tem o barro. Pior barro. É de parar o carro mesmo. Teve dois dias que o meu carro dormiu lá embaixo. Não subia de jeito nenhum”. (E5)*

Na foto abaixo, pode-se ver uma rua localizada em uma encosta íngreme (Figura 12).



Foto: própria autora.

**Figura 12.** Imagem da rua não pavimentada localizada no bairro Buquirinha II.

### 5.1.5 Percepção da violência e a violência

Minayo (1994, p. 7) fala sobre a violência como: “[...] um complexo e dinâmico fenômeno psicossocial”, em que os cidadãos são sujeitos e objetos desse fenômeno ao mesmo tempo e cuja origem e desenvolvimento ocorrem na vida em sociedade.

A percepção da violência e a violência vivida aparecem nas falas das moradoras de quatro maneiras: a primeira é referente à violência produzida pelo comércio ilegal de drogas. Em seus relatos, as moradoras comentam que sabem que da existência de pessoas dedicadas a este tipo de atividade, mas consideram o bairro tranquilo por causa de regras de convivência que são pactuadas de maneira tácita. No caso, aqueles que vendem ou usam drogas nunca devem entrar na casa de um morador para furtar objetos. Quanto aos furtos que às vezes ocorrem nas casas, as moradoras atribuem a culpa a viciados oriundos de outros bairros.

*E1: Eu, pra mim, não tenho o que reclamar do bairro, né? Vai tanta gente ruim aí mas vem e vai embora, vem e vai embora, né? Ladrão, traficante. Eu tenho amizade com todos eles proque pra mim, ninguém é ruim. Eles nunca fizeram mal. Agora, entrou um aqui e quase que eu mato.*

*Jane: Você identifica algum perigo aqui?*

*E2: Ah, a não ser essas pessoas que usam droga aqui perto, né? Apesar de que não mexe com a gente não, mas, a gente tem um pouco de medo, né?*

*Jane: A senhora identifica algum perigo aqui no bairro?*

*E2: Aqui até agora... nada não sabe?*

*Jane: Não?*

*E2: Não. (-ininteligível) (00:14:49) Mas até agora não...*

A segunda maneira refere-se à experiência particular com situações de violência interpessoal, como o caso ilustrado abaixo, em que E1 relata à entrevistadora sobre como seus familiares foram vítimas da violência urbana.

*E1: 3 filha mulher e o resto tudo homem. Aqui só tem 2... morreram 2... um mataram, né? O caçula e o mais velho. Com 29 anos, o caçula tinha 19. E meu marido também mataram pra baixo da rodoviária velha... 3 facada no coração. Foi a fila assim. Foi primeiro meu filho mais velho com 29 anos em 93. Aí em 95 foi meu filho*

*caçula. Aí passou mais dois ano... em 97 foi meu marido. Ainda fiz o enterro dele.*

A violência urbana é um fenômeno social presente em qualquer sociedade e é proveniente de diversos estímulos que se originam dentro dela. Entender sua manifestação auxilia a evidenciar as características de um grupo social e, sobretudo, revela qual o papel que a violência ocupa dentro da sociedade (Gullo, 1998).

A terceira forma apareceu em um relato sobre um acontecimento envolvendo violência doméstica. A violência doméstica e familiar é uma grave violação aos direitos humanos não só das mulheres, mas também de crianças. Ademais, trata-se de um preocupante problema de saúde pública, devido a lesões e óbitos.

Em 07 de agosto de 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Esta lei, em seu 5º artigo, define violência doméstica e familiar como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa e em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação”.

Em estudo de casos e controles baseado no Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (Viva), Garcia et al. (2016, p. 1), verificaram que em 623 casos ocorridos no Brasil, os pesquisadores encontraram fatores de risco associados à violência doméstica, dentre eles: “idade mais jovem (18-29 anos), baixa escolaridade, não exercer atividade remunerada, consumo de bebida alcoólica, procura de atendimento em outro serviço, ocorrência em final de semana e durante a noite ou madrugada”, além do consumo de bebida alcoólica pelo agressor.

Abaixo, a entrevistada E1 conta uma situação ocorrida há alguns anos quando sua casa foi invadida pelo ex-namorado da sobrinha, retratando um caso que exemplifica a violência doméstica.

*E1: falei: “você não entra aqui não, o que que você quer aqui?”, falou: “entro”, falei: “não entra. Se entrar aqui, não quero mais chamar E1, deus que me perdoe”. Eu tava saindo com o balde... mas deu um coice na minha canela, muié, que doeu tanto... eu nunca levei coice de homem nenhum. Ele me deu um coice que doeu...menina, eu passei a mão no ferro que tava ali no portão... o ferro tá lá atrás da porta, eu mostro pra você... dei um nele. Mas com aquela dor, larguei o balde de roupa que eu tava indo estender, né? A menina ficou tremendo aqui e correu pra dentro de medo, né? Em vez de ela ir lá, né? Conversar com o cara... não, ela correu pra dentro. Mas dei uma na perna dele, a hora que ele caiu... quando ele caiu, eu fui dar outra na cabeça. Aí meu filho viu, né? Falou: “mãe, não mata, não suja com porqueira não”, eu ia dar na cabeça... ele falou: “pelo amor de deus, dona, não mata”.*

A quarta refere-se à violência estrutural, na qual, segundo Minayo (1994, p. 8), “se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que os outros ao sofrimento e à morte”.

A violência, nesse caso, é ilustrada por um evento trágico ocorrido no bairro. A história de um adolescente que morreu afogado em um lago localizado em um terreno particular. Os meninos, num dia muito quente, decidiram banhar-se no lago e, infelizmente, um deles veio a falecer. O caso foi noticiado pelo jornal G1, em uma pequena nota.

Em conversa com a moradora E2, ela contou o que aconteceu naquele dia. Relatou a tristeza da mãe e, especialmente, do adolescente que acompanhava o garoto que morreu naquele dia. Falou também da personalidade do menino que, segundo ela, era muito bonzinho e ajudava a mãe nos afazeres domésticos, e que também era muito simpático com os vizinhos.

*E2: Aí foi na... foi na sexta-feira, na quinta-feira ele passou ali, bateu no portão, eu fui atender, falei “quem manda Deise?”, ele falou assim, “Não, não manda nada não, eu quero conversar com a senhora.”. Só falou assim, “posso abraçar a senhora?”. Nossa! Mas aquilo doeu sabe? “Posso abraçar a senhora?”, eu falei, pode filho. Aí ele pegou, abraçou, eu disse, “nossa, você quer matar eu de tanto aperto...”, “não, a senhora já sabe o que a senhora é pra mim, minha mãezona”, sabe? Nunca mais.*

As moradoras veem o caso como apenas uma fatalidade, porém, a ausência de equipamentos de lazer no bairro contribui para que as crianças e os jovens se exponham a situações arriscadas, como brincar em ruas desertas ou nadar em lagos inadequados ao banho.

A ausência do Estado, nesse caso, se configura como uma violência, visto que o direito ao lazer está inserido na Constituição – artigo 6º, caput, artigo 7º, IV, artigo 217, § 3º, e artigo 227. O lazer é um direito subjetivo, fundamental e de 2ª geração.

### 5.1.6 Migrações

Boa parte das entrevistadas mora no Buquirinha há mais de vinte anos. Antes de chegarem ao Buquirinha I e II, moraram em outros bairros de São José dos Campos, e muito antes chegaram de outros estados como Minas Gerais e Paraná. Suas famílias vieram para São José dos Campos em busca de emprego e de melhores condições de vida.

A história delas tem muito em comum com a de outros migrantes que nem sempre conseguem atingir uma condição socioeconômica favorável, pois fatores como baixa escolaridade, ausência de políticas públicas que contemplem o problema da migração e seus desdobramentos, vulnerabilidade à violência, entre outros, contribuem para que o migrante permaneça nas mesmas condições com as quais saiu de seu lugar de origem (Pereira, Tuma Filho, 2011).

Nos relatos das moradoras, o responsável pela escolha do local geralmente era o marido, que decidia onde eles iriam morar. Muitas disseram que só foram conhecer o bairro no dia da mudança e que acabaram se acostumando ao isolamento e que hoje preferem ficar no bairro por causa do silêncio e da tranquilidade.

*Jane: quantos anos faz que você mora aqui?*

*Vizinha: Eu? Vinte e dois. Fez no dia vinte e três de janeiro. É vinte e um, dia vinte e três de dezembro.*

*E4: Eu, faz vinte anos.*

*Agente Comunitária: Vinte?*

*E4: Aham.*

*Vizinha: A senhora veio depois de um ano que eu estava aqui?*

*E4: Foi.*

*Jane: Antes a senhora morava onde? A senhora era de São José?*

*E4: Não do Paraná.*

Quando interpeladas se gostariam de mudar de bairro, a resposta era sempre negativa, pois em suas opiniões não havia outro bairro em São José dos Campos que pudesse oferecer a tranquilidade e o espaço que elas tanto valorizam. Ter a oportunidade de possuir a casa própria, sua horta e seus animais de estimação, são coisas muito valorizadas por elas e que temem perder ao ir para outro bairro, com o risco de endividarem-se por um imóvel pequeno.

E9 contou a história de sua irmã que teve a casa desapropriada e demolida e foi morar em um conjunto habitacional na zona sul de São José dos Campos. Ela relatou que a irmã sente muita falta do bairro, pois ali tem muito espaço, além de ser tranquilo. A irmã não desistiu de voltar ao bairro. Ela acha que a demolição da casa foi injusta porque, para ela, não havia risco de escorregamento.

Histórias como essa evidenciam o apego ao bairro, bem como, expõem as dificuldades de adaptação encontradas por morar em um conjunto habitacional que, em geral, tem uma metragem de 48m<sup>2</sup>, com apenas dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma pequena área de serviço, além de uma densidade populacional maior por metro quadrado que a encontrada nos bairros Buquirinha I e II.

### 5.1.7 Sugestões ao Poder Público

Quando questionadas sobre as sugestões que dariam ao poder público para melhorar o bairro, as moradoras foram muito tímidas e a maior parte preferiu não opinar.

*Jane: O que você acha que tem que melhorar?*

*E7: Colocar uma creche ou uma escola por perto.*

*Jane – O que você acha que precisa melhorar no bairro urgentemente? Que você acha que para você e sua família seria bom.*

*E11 – São duas coisas: o asfalto e a área de lazer, que no caso é a quadra, o parque, aquele academia para as pessoas que já tem uma certa idade que tem que fazer exercícios, que muitas vezes é receitada pelo médico e aqui não tem, a não ser a caminhada, mas caminhar na poeira, com esse pó, porque desde as 6 horas da manhã tem esse pó, que daí é horário de pico, tem carro, van, ônibus, homem do pão.*

Quando interpeladas se havia algum político que pudesse representar o bairro ou alguém da própria comunidade, elas comentaram que não conheciam ninguém, mas que, no passado, houve um político que, nas palavras delas, só foi para conseguir votos e nunca mais voltou.

A pesquisadora também perguntou sobre a Associação de Bairro, entretanto, elas não conseguiram passar informações sobre a existência e a forma de atuação no bairro. Segundo uma das agentes comunitárias, haveria uma senhora “responsável” por levar as demandas do bairro ao poder público.

A ausência de um espaço e de pessoas engajadas com a defesa dos interesses dos bairros dificulta as discussões sobre problemas comuns, assim como do arranjo de soluções ou caminhos para reivindicação de direitos. Portanto, a ausência de entrosamento e engajamento dos moradores implica, também, que no futuro não haja o surgimento de lideranças no próprio bairro.

Por conseguinte, os moradores dos bairros, poderão tornar-se vulneráveis a promessas feitas por políticos que só vão aos bairros em busca de votos, mas que, na realidade, não têm nenhum envolvimento e comprometimento com as necessidades daqueles moradores.

## 5.2 O lugar do risco ambiental: os escorregamentos de encostas

Entre os anos de 2009 a 2013, do total de 106 escorregamentos ocorridos em São José dos Campos, foram registrados quatro escorregamentos no Buquirinha I,



sendo que dois deles ocorreram no ano de 2009. No bairro Buquirinha II, também foram registrados quatro escorregamentos (Mendes et al., 2015).



Fonte: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/12/sao-jose-tem-54-areas-com-risco-de-deslizamentos-e-enchentes.html>

**Figura 13. Imagem do escorregamento na via de acesso para os bairros Buquirinha I e II.**

Mesmo com mapeamento de risco realizado por peritos e com a presença da sinalização de risco a escorregamentos por meio de uma placa na entrada dos dois bairros, as moradoras apresentam uma visão própria a respeito do tema.

Embora a casa da entrevistada E1 esteja localizada em uma encosta, para ela, o risco de escorregamento está presente apenas no terreno do vizinho. Esse olhar é expresso na fala abaixo.

*E1: não... tudo é invadido, ganharam casa pro outro lado, tiraram...agora tão fazendo de novo lá. E ali é perigoso, porque vem enxurrada lá de cima... é na... naquela baixada ali, desce uma enxurrada que nossa, quando chove, né? Do lado de cá, tiraram também... morava num buraco lá em cima...*

Para as moradoras E1 e E4, os vizinhos deveriam ao construir, observar as condições dos terrenos como exposto nas falas das entrevistadas:

*Jane: ... aham... o que a senhora acha que os seus vizinhos podem fazer pra evitar esse tipo de acidente?*

*E1: Não construir em lugar perigoso.*

*Jane: Aham.*

*E1: Tem que ser um... plainar a terra muito bem firme pra construir em cima, agora construir na beira do barranco... no nível da enxurrada, tá arriscando perigo, né.*

*Jane: As pessoas aqui, elas se preocupam com isso, ou não?*

*E4: Ah, não né, Maria Alice?*

*Agente: Se preocupam? Aproveita e pergunta para as duas.*

*Vizinha: Nem pensam. Nem pensam. Graças a Deus aqui, nesse pedaço aqui... só naquela esquina ali que aconteceu um caso há um tempo atrás que caiu um pedaço da rampa e caiu no quarto...*

*Vizinha: Antes do asfalto ainda...*

O risco também é visto como algo que ficou no passado, pois foi solucionado por meio de recursos caseiros. Elas consideram que essas soluções são eficientes para que o risco não se concretize. Todavia, como essas mudanças no terreno não são sugeridas nem acompanhadas por profissionais, o risco torna-se maior, pois pode haver um agravamento da exposição ao risco de escorregamento.

Abaixo, um exemplo de casa localizada em uma encosta íngreme. A casa está situada no meio da encosta (Figura 14).



Fonte: própria autora.

**Figura 14.** Imagem da casa construída no meio de uma encosta.

Uma das vizinhas da entrevistada E4 conta como a moradora solucionou o problema em seu terreno, localizado ao lado de uma encosta:

*Vizinha: Isso aí faz muito tempo. Aí eles fizeram uma paredinha ali e pronto, acabou. E olha que já deu chuva feia aqui já. Mas tirando isso aqui, esse pedaço aqui nunca aconteceu nada. Graças a Deus. A gente ouve falar que o mirante né, aqueles pedaços para lá. Mas para essas bandas de cá, graças a Deus...*

A entrevistada E1 também fala como modificou o terreno em que construiu sua casa:

*E1: [...] Que nem aqui ó... aqui era assim ó. Eu que tirei... no enxadão né? Que era mais prano, né... lá mais alto e aqui é mais baixo. Por exemplo, ali eu tirei, né? Ali é um formigueiro... muito bem feito. Foi muito ferro e tudo, não tem perigo de desabar nada ali, muito bem feito. Ele fez... a moça veio, foi lá, viu tudo... explicou pra ela... ele começou aqui, o formigueiro era ali em cima.*

Abaixo, a moradora apresenta sua própria definição do que é um terreno perigoso para construção. Ela conta como observa a chuva e o caminho que esta segue em um terreno localizado em encosta.

*E1: Mas lá não tem como... é uma casa... sabe, eu falo área de risco assim... porque lá a enxurrada desce do pasto e tudo, e desce por ali, passa pra dentro do mato que eu já vi... que eu já vi pela estrada, debaixo de chuva a enxurrada descendo ali na rua... é ali que é o perigo, porque ela pode fazer a casa e pode desabar o barranco, a casa vir pra baixo. Que a de cima mora aqui em cima, lá embaixo ainda...*

Para a moradora E3, se houvesse riscos de escorregamentos, as pessoas ricas não construiriam naquele local. Ela argumenta que se eles continuam construindo apesar do aviso da Prefeitura, é porque o local não é perigoso e, na realidade, há perseguição aos mais pobres. Ela percebe que são sempre os mais pobres que são “incomodados” pela Prefeitura. Existe ceticismo em relação ao diagnóstico dado pela Prefeitura a algumas ruas do bairro e, também, a baixa confiança na capacidade da Prefeitura em tomar uma decisão (Figura 15).

*E3: Pra mim, não tem risco. Eu jamais me colocaria e nem minha família em risco, porque, se for considerar os morrinhos desse risco, então, tem que ir no Rio de Janeiro, em vários lugar, derrubar tudo e reconstruir o Brasil, porque a maioria é assim.*

*E3: É, porque aqui é considerada área de risco. Eles dizem que foi feito um estudo e aqui é considerada área de risco, tanto é que você vê, a estrada só tem casão, né?*

*Jane: Uhum.*

*E3: Você viu que o juiz bateu o martelo falando que tinha que derrubar 150 casas, lá. Tá na Justiça.*

*Agente: Tá uma briga lá embaixo, naquela compridona, sabe? No começo.*

*Jane: Aham.*

*Agente: Que dizem que é uma área de risco.*

*E3: Não, de risco, não.*

*Agente: Mas é na encosta.*

*E3: Não, lá não é de risco. Lá foi assim. Foi assim, ó: o advogado que fez aquela área... eh... foi crime ambiental.*

*Agente: Isso.*

*E3: Invadiu uma área que era de preservação.*

*Agente: Isso.*

*E3: Além de ser preservação, ainda colocou esgoto no córrego que tinha.*

Agente: Isso.

E3: Só que essa pessoa morreu, né? E as pessoas lá, coitado, eles compraram como se fosse uma coisa e aqui é invadido tudo.



Fonte: própria autora.

**Figura 15.** Ao lado esquerdo está localizada a casa de uma das entrevistadas e ao fundo, uma casa grande com piscina utilizada nos fins de semana.

Existe a tentativa de mostrar à Defesa Civil ou ao fiscal da prefeitura, que elas fizeram melhorias estruturais no terreno, com a finalidade de aumentar a segurança e diminuir as próprias incertezas em relação ao terreno.

E3: Tava um lixo, tava em risco, quando estava reformando, mas se você começa a mexer, eles vêm, né? Porque é irregular, é isso e aquilo. O cara veio, falou que eu tinha 24 horas. Quando chegou cômodo com banheiro, que eram 2 cômodos sem nem banheiro e nada, “a senhora tem 24 horas pra derrubar”, eu falei “não, meu marido tá fazendo bico, eu comprei isso aqui com sacrifício. Eu não vou derrubar o suor”, “mas aqui é área de risco, “você acha que eu ia colocar minha família em risco? Fora o quê? Se eu tô fazendo qualquer coisa aqui é pra tirar o risco, é pra... Né? É contenção, os muro que a gente fez tudo, que era tudo bagunçado, era risco, mas agora reforçou.



*E5: Ah. Eu acho que é. Que nem eu tinha vontade de arrancar todas essas árvores daí. O meu marido falou: - não. Não pode.*

*Jane: Uhum.*

*E5: Porque ajuda a segurar o barranco. Eu falei: - então vamos plantar mais. Porque eu tenho... eu morro de medo. Eu achava que com as árvores que ia fazer mais... que ia ser mais perigoso.*

*Jane: Ahã.*

*E5: Ele falou: - não. Tem que plantar. Ai agora a gente está plantando. Eu já plantei um monte lá.*

*E5: Só que outro dia passou na televisão. Eu vi um morro caindo lá no Rio de Janeiro com árvore e tudo. Eu falei: - olha lá, meu Deus do céu. Com árvore também não resolve. Aí meu marido fica em pânico.*

É importante salientar que no momento das entrevistas, muitas moradoras mostraram-se apreensivas quando indagadas sobre o conhecimento que elas tinham a respeito de escorregamento. Para elas, o risco de terem suas casas removidas pela Prefeitura por estarem em um loteamento irregular é real e presente, isto é, o medo é da remoção e não do escorregamento.

O medo do perigo de escorregamento foi exposto apenas pelas entrevistadas E5 e E12. A entrevistada E5 mora em um terreno que, segundo ela, aos poucos está escorregando. A casa já perdeu mais da metade do quintal nas últimas chuvas. A pesquisadora observou que a água utilizada de sua máquina de lavar roupas também é jogada na encosta, contribuindo para acelerar o processo de escorregamento. As fotos abaixo ilustram essa situação (Figuras 16 e 17).

*E5: Olha. Esses dias da chuva eu fiquei meia cabreira com o meu fundo. Viu?*

*Jane: É?*

*E5: Eu fico com medo de deslizar.*

*E12: Falam também que essa parte aqui é ilegal, né? Você já ouviu falar?*

*Agente: Aqui no morro tem perigo mesmo de deslizar.*

*E12: Até lá em cima também. Tem uma amiga minha que mora lá em cima, não sei se você conhece, a Lourdes, mãe do Juninho? Conhece a Lourdes? A casa dela é tão arrumadinha, bem-feitinha, tudo. É também no morro, para cima da casa da Ana Maria, Seu Charles? Dona Cida, seu Charles?*

*Agente: Hum.*

*E12: Ela mora para cima, a entrada dela é aqui em cima, Dona Cida é embaixo, né? Ela também está falando que lá na casa dela é de risco. Eu falei: "Meu Deus do céu".*



Fonte: própria autora.

**Figura 16.** Imagem do quintal da casa da moradora que já perdeu metade do terreno; ao fundo está a casa de um vizinho.

Na próxima imagem, feita do terreno da moradora E5, é possível ver o cano que é utilizado para dar vazão à água da máquina de lavar roupa.



Fonte: própria autora.

**Figura 17.** Imagem de um cano utilizado para dar vazão à água da máquina de lavar roupa.

Por outro lado, nas falas das moradoras apareceu a ausência da percepção do risco. Nesse caso, o escorregamento é visto como algo inexistente, tanto no bairro quanto na rua em que as moradoras residem. Essa percepção é justificada pelo fato de morarem ali há muito tempo e nada ter ocorrido durante esse período, como mostrado anteriormente.

Em pesquisa realizada por Soriano et al. (2017, p. 22), com 39 moradores residentes em áreas de risco na cidade de Campos do Jordão, verificou-se que 72% se sentem seguros em suas residências. Assim como as moradoras dos bairros do Buquirinha I e II, os entrevistados justificaram seu sentimento de segurança com afirmações do tipo,

“[...] o local não tem riscos por ser plano, ou pela terra “ser firme”; [...] pelo padrão construtivo que lhes transmitia confiança, a presença de vegetação [...], e a questão do tempo que a pessoa reside no local sem ter presenciado acidentes, [...]”.



*Jane: Aqui no bairro você já ouviu falar de algum deslizamento? Deslizamento de encosta?*

*E6: Não, aqui no bairro, não.*

*Jane: Não. Nem aqui na sua rua?*

*E6: Nem aqui na rua.*

*Jane: Já ouviu falar de deslizamento de terra?*

*E8: Já. Passou, sempre passa na televisão e a gente vê.*

*Jane: Ahã. Mas estou falando aqui no bairro.*

*E8: Eu já ouvi falar, mas não aqui na nossa rua, né.*

Os bairros se situam na área rural de São José dos Campos, e a ausência de fiscalização executada pelos órgãos competentes permite, também, a ação de empresas que escavam a terra, piorando o problema e expondo as pessoas ao risco, como foi relatado pela entrevistada E12.

*E12: Estava bem, né? Aí chegou uma vez, veio umas pessoas e começou a tirar terra dali. Eu cheguei do serviço e estavam tirando, eu falei: "Nossa, vamos parar com isso". E não pode, né?*

*Jane: Uhum.*

*E12: Pararam, mas, eu tenho um pouco de medo disso aí, vai que é o negócio desliza, né?*

*Jane: Quem eram essas pessoas que estavam tirando terra?*

*E12: Ah, eram...não sei! Era máquina, era uma empresa aí, sem autorização, sem nada começou a tirar.*

*Jane: Não era nada da prefeitura?*

*E12: Não.*

*Jane: Não?*

*E12: Alguma coisa, alguma firma particular.*

Durante as entrevistas, a pesquisadora ouviu afirmações das entrevistadas que ali nunca havia ocorrido um evento antes, que os ricos não construiriam em lugares perigosos, que as casas que estavam sob risco já foram demolidas, que os moradores realizaram modificações em seus terrenos para aumentar a segurança e, sobretudo, que em seus terrenos não há risco.

No contexto social em que estas mulheres vivem, o risco a escorregamentos se aplica a outras cidades, a outros bairros e cidadãos e não a elas. Isto ocorre, pois o bairro é tranquilo e isolado da movimentação do centro da cidade, a vida é simples e a percepção da pesquisadora é a de que o tempo passa de maneira mais lenta ali que em outros lugares. Durante o dia, elas se dedicam ao cuidado com a casa, com

os familiares, com as hortas, com os animais domésticos e de criação. A proximidade com a natureza, nesse contexto, também reforça os laços com o local.

O risco percebido por elas é proveniente de situações como o comércio ilegal de drogas que atrai usuários de outros bairros, a prefeitura que vem atrapalhar o sossego dos moradores, as notícias ruins que chegam pela televisão.

Por outro lado, os peritos afirmam que nos locais mapeados e identificados como R4, existe uma probabilidade alta de que ocorra um escorregamento de encosta. Além disso, as moradoras não conseguem identificar que as modificações que fazem em seus terrenos, podem aumentar o perigo.

Assim, além dos riscos identificados tecnicamente relacionados ao local de moradia, há modificações realizadas nos terrenos que não contribuem para diminuir a insegurança. Como já mostrado por Mendes et al. (2018, p. 11) em estudo de caso realizado em São José dos Campos, “[...] as influências antrópicas no terreno tiveram um impacto crítico na probabilidade de ocorrência do evento”.

Nesse contexto sociocultural, em que boa parte da informação sobre o tema é veiculada nos noticiários, a grande imprensa corrobora a crença de que as chuvas são as únicas causadoras de escorregamentos e não uma combinação de múltiplos fatores.

A sociedade, ao reforçar as desigualdades, dificultando o acesso à educação, à moradia digna e aos serviços básicos de saúde, por exemplo, aumentam a exposição dessas moradoras, não só a riscos de escorregamentos, mas também a outros riscos presentes em nosso meio e isto ocorre devido “[...] a maneira como setores socioeconômicos se apropriam do espaço urbano: as elites controlam a produção e as relações sociais e se valem de instrumentos do Estado e do mercado imobiliário para garantir a manutenção do seu modo de vida” (Suriano, Reschilian, 2012, p. 199).

Douglas e Wildavsky (2012, p. 167) afirmam que, na escolha dos perigos, as pessoas se ajustariam a determinados estilos de vida e que se houvesse mudanças na organização social ocorreriam modificações na seleção e percepção dos riscos. Uma sociedade de acordo com seus fundamentos culturais poderá incluir a

percepção de alguns perigos “enquanto outros, produzidos por ela mesma são ignorados”.

No caso das moradoras dos bairros Buquirinha I e II, quais mudanças seriam necessárias para que as moradoras entrevistadas percebessem os riscos?

As moradoras apresentam uma visão própria sobre escorregamentos de encostas e suas “teorias” se sobrepõem às defendidas pelos peritos. Sobre isso, Douglas (1992, p. 51) afirma que os peritos esquecem que “qualquer pessoa cujo sustento tenha dependido de entender o tempo ou marés, qualquer marinheiro ou pescador, é acostumado a levar em conta grande número de fatores para tentar reduzir a incerteza”.

A despeito de haver uma placa sinalizando que a área está sujeita a escorregamento de encostas, para a maioria das entrevistadas, não há risco real. Elas justificam a ausência de risco no próprio terreno, adotando estratégias como o uso de recursos “caseiros” considerados eficientes e com a finalidade de convencer a Defesa Civil e a Prefeitura da ausência de riscos, até para diminuir as próprias incertezas.

Já que perito é aquele que visita o local e que não comparte dos mesmos valores e cultura que seus habitantes, a distância entre o conhecimento técnico de peritos e a visão das moradoras, poderia ser aproximada pela compreensão do contexto sociocultural dos moradores. Se os leigos têm uma percepção distinta a do perito e se essa percepção pode influenciá-los na decisão de permanecer ou não em uma área de risco então é aconselhável que os dois saberes sejam considerados no mapeamento dessas áreas.

Neste panorama, seria possível discutir entre peritos e leigos, o papel das pessoas no aumento da probabilidade de ocorrência deste tipo de evento geológico por meio de interferências no meio ambiente, assim como entender as causas-raiz que os levaram a morar em área de riscos.

O uso de instrumentos de mapeamento com a participação das pessoas, além de servir com a finalidade de mapear as áreas, também é uma oportunidade para os moradores conhecerem melhor seus terrenos e perceberem os riscos. Isso possibilitaria, segundo Olivato (2013, p. 277), “[...] a obtenção de informações

relevantes para a gestão a partir do olhar de quem vive no lugar, bem como, “[...] contribuir para o desencadeamento de um processo educativo e preventivo a partir do estreitamento do contato entre os técnicos, gestores públicos e a comunidade”.

As moradoras vivem em área de risco, não por uma decisão voluntária, mas devido à desigualdade social e à ausência de políticas de urbanização, bem como políticas ineficientes de geração de renda e emprego, que reduziram ou anularam praticamente as suas possibilidades de escolhas (Mattedi, Butzke, 2001; Cardoso, 2006; León, 2006; Siena, Valencio, 2009; Cidade, 2013; Do Carmo, 2014; Rocha, 2014; Vargas, 2016).

Nesse caso, a negação do risco passaria a ser uma oportunidade de ter a casa própria ou um abrigo. Devido à incerteza de que o risco se concretize e a possibilidade imediata de resolver o problema da moradia, as escolhas, devido aos limitantes socioeconômicos, passam a ser morar com a família nestas áreas.

A ausência de escorregamentos, apesar das advertências dos peritos, também promove um distanciamento do risco. Portanto, o tempo é um fator fundamental para a permanência dessas famílias nessas áreas. Para Nascimento (2012, p. 5), “o sujeito só vai perceber que uma determinada situação local pode representar um risco se tiver informações e referências anteriores sobre a questão” e o morador não perceberá o risco porque ele não faz parte de sua experiência.

Apesar da presença da placa de advertência instalada pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, a pesquisadora verificou que em uma das ruas mapeadas como R4, havia muitas edificações sendo construídas. A placa de advertência da prefeitura parece ser inútil diante da gravidade do problema.

A instalação de placas de advertência e o uso de outros métodos como por exemplo, o monitoramento de áreas sujeitas a riscos ambientais, a distribuição de cartilhas ou aulas expositivas sobre o assunto, os treinamentos para evacuar um local, poderiam ser mais eficazes na gestão do risco, caso fizessem parte de uma política pública consistente que levasse em conta a cultura e valores locais.

Por outro lado, atribuir responsabilidades a pessoas que não tiveram possibilidades de escolhas parece ser contraproducente e “[...] as mazelas sociais que produzem as situações catastróficas no Brasil são os desastres que buscamos

evitar” (Martin, Spink, 2015, p. 511). Portanto, políticas habitacionais, de distribuição de renda e de geração de empregos devem ser elaboradas e aplicadas conjuntamente e, nesse sentido, abordar o risco seria apenas uma parte do processo.

Tendo em vista o contexto cultural das moradoras dos bairros Buquirinha I e II, a opção seria o mapeamento das áreas com a participação de peritos e moradores, conforme proposto por Olivato (2013). O uso desse método, além de possibilitar o conhecimento do local em que vivem, também é uma atividade coletiva que poderá propiciar a sociabilidade entre as moradoras.

É importante, pois, de acordo com Nascimento (2012, p. 4), “[...] entender até que ponto essas informações se transformam em conhecimento significativos que promovam mudanças comportamentais conscientes e duradouras”. Para isso, seriam necessários estudos de implantação e de mudança comportamental tanto em nível individual quanto comunitário.

Sobre isso, há estudos que apontam projetos e políticas públicas que ainda não foram inteiramente adotados pela população. Dentre eles, está o uso do capacete por motociclistas. Em alguns estados brasileiros seu uso ainda não faz parte da cultura local (Liberatti et al., 2003; Malta et al., 2016), embora esteja previsto em lei multa para quem não usa. Pode-se citar, inclusive, a separação do lixo orgânico do reciclável ou descarte adequado do óleo de cozinha, temas tratados pela educação ambiental (Pelicioni, 1998; Marques et al., 2017) e a adoção do preservativo nas relações sexuais (Martin, 1997; Guimarães et al., 2007). Estes assuntos, investigados por pesquisadores e abordados por políticas públicas há muitos anos, ainda apresentam desafios para que as pessoas modifiquem e adotem novos comportamentos.

Isso ocorre porque a manutenção ou não de práticas ou costumes, em geral, está associada à cosmovisão e aos valores existentes em diferentes grupos sociais e comunidades. Conforme Martin (1997, p. 96), “ao nível do senso comum é de se esperar que, ao terem conhecimento de determinado risco ou perigo, as pessoas vão se precaver de entrar em contato com situações que possam ser desfavoráveis”. Entretanto, conforme a autora, “a consciência do risco não leva, necessariamente, às desejadas mudanças de comportamento”.

Como o risco de escorregamento de encostas deve ser abordado? É necessário considerar questões culturais no desenvolvimento de políticas públicas. Do mesmo modo, é importante encontrar interlocutores nas comunidades sujeitas a este tipo de risco ambiental. Nesse caso, os agentes comunitários de saúde, com o conhecimento que têm das microrregiões em que atuam, bem como dos moradores que ali vivem, poderão auxiliar na promoção do conhecimento dos múltiplos fatores que causam um escorregamento, especialmente, as interferências humanas que possam deixá-los mais vulneráveis aos perigos.



A construção histórica e social do desastre foi produzida em processos ao longo do tempo “[...] condicionados pelas percepções, necessidades, demandas, decisões e práticas da sociedade” (Oliver-Smith et al., 2017, p. 98).

Neste cenário, o estudo da percepção de risco tem sua importância, pois para entender como os moradores percebem ou negligenciam o risco de escorregamentos de encostas é importante considerar sua cultura, os valores mantidos por eles e qual lugar os riscos ambientais ocupam em sua hierarquia de riscos.

Como resultado, nesta pesquisa sobre a percepção de risco, o risco alto de escorregamento de encostas nos bairros Buquirinha I e II, legitimado por um mapeamento feito por peritos, não é o risco percebido por dez moradoras.

No contexto sociocultural dessas mulheres, o risco é proveniente de outras fontes, tais como a violência, as dificuldades no acesso aos serviços de saúde, a ausência ou precariedade do fornecimento de serviços de infraestrutura e, especialmente, a de que o risco provém da perda de suas moradias, devido à remoção.

À vista disso, seria importante a criação de espaços que favorecesse o diálogo entre o poder público e as moradoras. O uso do mapeamento executado por peritos em parceria com as moradoras é necessário, para que elas conheçam os terrenos em que vivem e seu entorno. Do mesmo modo, a criação de um espaço que propicie a oportunidade de discutirem conjuntamente os principais problemas do bairro e, assim, assumirem o protagonismo pela defesa de melhorias.

É importante alertá-las sobre como as intervenções humanas nos terrenos aumentam a probabilidade de que um evento ocorra. Entender como isso acontece, certamente, facilitará a adoção de novos comportamentos em relação ao meio ambiente.

Por fim, dada a interdisciplinariedade e intersectorialidade do tema dos desastres, a Saúde Coletiva deverá ter um amplo conhecimento sobre os mesmos, “[...] bem como formular políticas e ações que atuem diretamente sobre seus determinantes socioambientais” (Freitas et al., 2014, p. 3655).



Para isso, são recomendadas a realização de pesquisas sobre percepção cultural do risco no âmbito socioambiental e, principalmente, sobre o sucesso ou fracasso de projetos educacionais nessa área.

## 7 REFERÊNCIAS

---

- Abbott P, Wallace C, Beck M. Chernobyl: living with risk and uncertainty. *Health Risk Soc.* 2006;8(2):105-21.
- Alexander D. Models of social vulnerability to disasters. *RCCS Annual Review.* 2012;4(4):22-40.
- Almeida ND. A saúde no Brasil, impasses e desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. *Revi Psicol Saúde.* 2013;5(1):1-9.
- Alves M de S, Lacerda Junior JC, de Vasconcelos MA, Higuchi MIG, Pereira H dos S. Percepção ambiental dos alunos do curso de gestão ambiental. *Ambiente & Educação - Rev Educ Ambient.* 2017;22(1):333-48.
- Anwar J, Mpofu E, Matthews LR, Shadoul AF, Brock KE. Reproductive health and access to healthcare facilities: risk factors for depression and anxiety in women with an earthquake experience. *BMC Public Health.* 2011;30(11):523.
- Beck U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.* 2a. ed. Tradução de Sebastião Nascimento; São Paulo: Editora 34, 2011. 384 p.
- Braga TM, Oliveira EL, Givisiez HN. Avaliação de Metodologias de Mensuração de Risco e Vulnerabilidade Social a desastres naturais associados à mudança climática. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú, MG: ABEP; 2006.
- Brasil. Lei Complementar n. 612, de 30 de novembro de 2018. Plano diretor de desenvolvimento integrado do município de São José dos Campos [Internet]. 2018. [cited 2019 Jan 13]. Available from: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/urbanismo-e-sustentabilidade/uso-do-solo/plano-diretor/>.
- Bruseke F. Risco Social, Risco Ambiental, Risco Individual. *Papers do NAEA.* 1996;64:4-21.
- Bruseke FJ. Risco e Contingência. *Rev Bras Ci Soc.* [Internet]. 2007 [cited 2017 Mar 17];22(63):69-80. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Bursztyn M, Eiró F. Mudanças climáticas e distribuição social da percepção de risco no Brasil. *Revista Soc Estado.* 2015;30(2):471-93.
- Buss PM, Pellegrini Filho A. saúde e seus determinantes sociais. *Physis.* 2007;7(1):77-93.
- Caprara A, Landim LP. Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde. *Interface.* 2008;12(25):363-76.

Cardoso AL. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR*. 2006;20(1):27-48.

Malta DC, Andrade SSC de A, Gomes N, da Silva MMAlves, de Moraes Neto OL, dos Reis, AAC, et al. Lesões no trânsito e uso de equipamento de proteção na população brasileira, segundo estudo de base populacional. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet]. 2016 Feb [cited 2019 Mar 14]; 21(2):399-410. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000200399&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000200399&lng=en).

Cavalcante JSI, Aloufa MAI. Percepção de riscos ambientais: uma análise sobre riscos de inundações em Natal, RN, Brasil. *Investi Geogr*. 2014;84:54-68.

Cidade LCF. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. *Cad Metrop*. 2013;15(29):171-191.

Cutter SL. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Rev Crít Ciênc Soc*. 2011;93:59-69.

De Freitas CM, de Carvalho ML, Ximenes EF, Arraes EF, Gomes JO. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*. 2012 June;17(6):1577-86.

De León JCV. Vulnerability: a conceptual and methodological review. Germany: United Nations University; 2006.

De Mendonça MB, Gullo FT. Percepções de risco associado a deslizamentos em Angra dos Reis, Rio de Janeiro. In: Marchezini V, et al., organizers. *Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action*. 1a ed. São Carlos: Rima Editora, 2017;1:477-97.

De Oliveira JOS, Gomes C. Introdução à urbanização contemporânea: espaços e paisagens na região do Vale do Paraíba (SP). In: Costa SMF, Mello LF. *Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos*. São José dos Campos: Intergraf; 2010. p. 33-66.

Detraz N, Peksen D. In the aftermath of earth, wind, and fire: natural disasters and respect for Women's Rights. *Human Rights Review*. 2017;18(2):151-70.

Di Giulio GM, Vasconcellos MP, Gunther WMR, Ribeiro H, Assunção JV. Percepção de risco: um campo de interesse para a interface ambiente, saúde e sustentabilidade. *Saúde Soc*. 2015;24(4):1217-31.

Do Carmo RL. Urbanização e desastres: desafios para a segurança humana no Brasil. In: Carmo R, Valencio N. Segurança humana no contexto de desastres. São Carlos: RiMa Editora; 2014.

Douglas M. Risk and Blame: essays in cultural theory. USA: Routledge, 1992, 323p.

Douglas M, Wildavsky A. Risco e Cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012.

Duarte, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo. Cad Pesq. 2001;115:139-54.

Durant Jr TD. The utility of vulnerability and social capital theories in studying the impact of Hurricane Katrina on the elderly. J Fam Issues. 2011;32(10):1285-302.

Enarson E. Gender and natural disasters: talking points and research needs. Geneva: Infocus Programme on crises response and construction; 2000.

Fischer S. Violence against women and natural disasters: findings from post-tsunami Sri Lanka. Violence Against Women. 2010;16(8):902-18.

Foa EB, Stein DJ, McFarlane AC. Symptomatology and Psychopathology of mental health problems after disaster. J Clin Psychiatr. 2006;67(Suppl 2):15-25.

Fonseca C. Quando cada caso não é um caso. Rev Bras Educ [Internet]. 1999 [cited 2017 June 10];10:58-78. Available from: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/revist.htm>.

Fonseca, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. Saúde e Sociedade, 2005, 14(2): 50-59.

Fordham M. Making Women Visible in Disasters: problematising the private domain. Disasters. 1998;22(2):126-43.

Forlin LG, Da Costa SMF. Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos – SP: o caso Pinheirinho. Geosul. 2010;25(49):123-58.

Freitas CM, Silva DR, Sena AR, Silva EL, Sales LB, Carvalho ML, et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. Ciênc Saúde Colet [Internet]. 2014 [cited 2017 Feb 23];19(9):3645-56. Available from: <http://go.galegroup.com/ps/i.do?>

Furnival AC, Pinheiro SM. A percepção pública da informação sobre potenciais riscos dos transgênicos da cadeia alimentar. Hist Ciênc Saúde. 2008;15(2):277-91.

- García HIR. El proceso de desastre y reubicación em Anganguero, Michoacán, México o Dónde comienza la vulnerabilidade y el desastre? In: Marchezini V, Wisner B, Londe LR, Saito SM. Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action. São Carlos: RiMa Editora; 2017.
- Garcia LP, Duarte EC, De Freitas LRS, Da Silva GDM. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. Cad Saúde Pública. 2016;32 (4):e00011415.
- Pereira AG, Tuma Filho, Antonio FD. O fenômeno migratório brasileiro no contexto capitalista. Informe GEPEC [Internet]. 2012[cited 2019 Feb 2];15(3):279-87. Available from: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6283/4793>
- Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; 1989. 323 p.
- Ginexi EM, Weihs K, Simmens SJ. Natural disaster and depression: a prospective investigation of reactions to the 1993 midwest floods. Am J Commun Psychol. 2000;28(4):495-518.
- Guimarães PN, Martin D, Quirino J. Aids em área rural de Minas Gerais: abordagem cultural. Rev Saúde Pública. 2007;41(3):412-8.
- Guivant JS. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. BIB. 1998;46:3-38.
- Gullo ÁAS. Violência urbana: um problema social. Tempo Soc. 1998;10(1):105-19.
- Harville EW, Jacobs M, Boynton-Jarrett R. When is exposure to a natural disaster traumatic? Comparison of a trauma questionnaire and disaster exposure inventory. PLoS One. 2015;10(4): e0123632.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo 2010. [Internet]. 2010 [cited 2017 Sep 19]. Available from: <https://censo2010.ibge.gov.br>.
- Juran L, Triverd J. Women, gender norms, and natural disasters in Bangladesh. Geography Review. 2015;105:601-11.
- Kaperson RE, Renn O, Slovic P, Brown HS, Emel RG, Kaperson JX, Ratick S. The social amplification of risk: a conceptual framework. Risk Analysis. 1988;8(2):177-87.
- Kobiyama M, Mendonça M, Moreno DA, Marc IP, Marcelino EV, Gonçalves, E et al. Prevenção de Desastres Naturais: conceitos básicos. Curitiba: Editora Organic Trading; 2006.

Kokai M, Fujii S, Shinfuku N, Edwards G. Natural disaster and mental health in Asia. *Psychiatry Clin Neurosci*. 2004 Apr;58(2):110-6.

Kuhnen A. Meio ambiente e vulnerabilidade: a percepção ambiental de risco e o comportamento humano. *Geografia [Internet]*. 2009 [cited 2017 Mar 02];18(2). Available from: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>

Kukihara H, Yamawaki N, Uchiyama K, Arai S, Horikawa E. Trauma, depression, and resilience of earthquake/tsunami/nuclear disaster survivors of Hirono, Fukushima, Japan. *Psychiatry Clin Neurosci*. 2014 Jul;68(7):524-33.

La Red: Red de Estudios Sociales en Prevención de desastres en America Latina. Auge, caída y levantada de Felipe Pinillo, mecánico y soldador o yo voy a correr el riesgo. Quito: Ecuador: Editorial e Imprenta Delta S.C.; 1998.

Liberatti CLB, de Andrade SM, Soares DA, Matsuo T. Uso de capacete por vítimas de acidentes de motocicleta em Londrina, sul do Brasil. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health*. 2003;13(1):33-8.

Licco EA. Vulnerabilidade social e desastres naturais: uma análise preliminar sobre Petrópolis, Rio de Janeiro. *InterfacEHS*. 2013;8(1):25-41.

Lipp MEN, Barbieri FE, Santánnia L, Justo AP, Cabral AC, Santos FU et al. Perception of risk from electric and magnetic fields: Stress effects and psychological aspects. *Estud Psicol*. 2013;30(4):497-506.

Magdalena M, Hernández H, Marchezini V. Desastres y derechos: un imprescindible diálogo relacional. In: Marchezini V, Wisner B, Londe LR, Saito SM. *Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action*. São Carlos: RiMa Editora; 2017. p. 253-264.

Magnani, JGC. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ci. Soc.*, 2002;17(49):11-29.

Manzini EJ. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: Marquezine MC, Almeida MA, Omote S (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em educação especial*. Londrina: Eduel; 2003. p. 11-25.

Marchezini VBW, Londe LR, Saito SM. *Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action*. São Carlos: RiMa Editora; 2017.

Marques R, Bellini E, Gonzalez C, Xavier C. Compostagem como ferramenta de aprendizagem para promover a educação ambiental no ensino de ciências composition as a learning tool to promote environmental education in science teaching. [Internet]. 2017 [cited 2019 Jan 9]. Available from: <https://www.researchgate.net/publication/330093084>.

Martin D. Mulheres e Aids: uma abordagem antropológica. *Revista USP*. 1997;33:88-101.

Martin D. Riscos na prostituição: um olhar antropológico. São Paulo: Humanitas FFCLH/USP; 2003.

Martin MM, Spink MJP. O uso de tecnologias de comunicação de riscos de desastres como prática preventiva em saúde. *Interface*. 2015;19:503-514.

Mattedi MA, Butzke IC. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Amb Soc*. 2001;4(9):1-23.

Mendes RM, Andrade MRM, Graminha CA, Prieto CC, Ávila FF, Camarinha PIM. Stability analysis on urban slopes: case study of an anthropogenic-induced landslide in São José dos Campos, Brazil. *Geotech Geol*. 2018;36(1):599-610.

Mendes RM, Valerio Filho M, Bertoldo MA, Da Silva MF. Estudo de limiares críticos de chuva deflagradores de deslizamentos em São José dos Campos/SP (Brasil). *Territorium*. 2015;22:119-29.

Mendes RM, Valério Filho M. Mapeamento das áreas de risco associados a escorregamentos de encostas no município de São José dos Campos. São José dos Campos: Prefeitura de São José dos Campos e Universidade do Vale do Paraíba; 2014.

Minayo MC. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Ca Saúde Públ*. 1994;10(Suppl 1):7-18.

Nascimento MFF. Percepção de Risco: a visão dos atores sociais da comunidade de Padre Hugo, Bairro de Canabrava, Salvador – Bahia. *Rev VeraCidade*. 2012;8(12):1-16.

Neves EB, Mello MGS. O risco da profissão militar na cidade do Rio de Janeiro em “tempo de paz”: a percepção da tropoa. *Ciênc Saúde Colet*. 2009;14(5):1699-707.

Olivato D. Análise da participação social no contexto da gestão de riscos ambientais na bacia hidrográfica do rio Indaiá, Ubatuba-SP-Brasil [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo; 2013.



- Oliver-Smith A, Alcántara-Ayala I, Burton I, Lavell A. A construção social do risco de desastres: em busca das causas básicas. In: *Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action*/Organizado por Victor Marchezini, Ben Wisner, Luciana R. Londe, Silvia M. Saito – São Carlos: RiMa Editora, 2017.
- Parida PK. Natural disaster and women's mental health. *Social Change*. 2015;45(2):256-75.
- Peirano M. Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*. 2014;20(42):377-91.
- Pelicioni MCF. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. *Saúde soc.* [Internet]. 1998 Dec [cited 2019 Mar 14];7(2):19-31. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412901998000200003&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412901998000200003&lng=en).
- Pena CR, Pinheiro DS, Albuquerque PHM, Fernandes LM. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. *Rev Adm Públ*. 2015;49(4):889-913.
- Plano Institucional de Pesquisa e Operação - PIPO. Boletim n. 05/2018 [Internet]. 2018 [cited 2019 Feb 13]. Available from: <http://intranet.cemaden.gov.br>
- Pollack AA, Weiss B, Trung LT. Mental health, life functioning and risk factors among people exposed to frequent natural disasters and chronic poverty in Vietnam. *BJPsych Open*. 2016;2:221-32.
- Prado T, Sato MIZ. Impacto das mudanças ambientais globais e desastres sobre a epidemiologia das doenças de veiculação hídrica no Brasil. In: Marchezini V, Wisner B, Londe LR, Saito SM. *Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action*. São Carlos: RiMa Editora; 2017.
- Prefeitura Municipal De São José Dos Campos. São José em Dados. São José Dos Campos: PMSJC; 2012.
- Rocha V, Ximenes EF, Carvalho ML, Alpino T, Freitas CM. O tema desastre na área da saúde: perfil da produção técnico-científica na base de dados especializada em desastres da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). *Ciênc Saúde Colet* [Internet]. 2014 [cited 2017 Feb 13];19(9). Available from: <http://go.galegroup.com/ps/i.do?>
- Rolnik Raquel. Exclusão territorial e violência. *São Paulo Perspec*. 1999;13(4):100-11.
- Sauerborn R, Ebi K. Climate change and natural disasters – integrating science and practice to protect health. *Glob Health Action*. 2012;5:19295.

Schakarowski FB, Padoin AV, Mottin CC, Castro EK. Percepção de risco da cirurgia bariátrica em pacientes com diferentes comorbidades associadas à obesidade. *Trends Psychol.* 2018;26(01):339-46.

Schmidt, M. Investigating risk perception: a short introduction. In: M. Schmidt, Loss of agro-biodiversity in Vavilov centers, with a special focus on the risks of genetically modified organisms (GMOs). Vienna, Austria: PhD Thesis; 2004.

Siena M, Valencio NFLS. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires [Internet]. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires; 2009 [cited 2017 Mar 10]. Available from: <http://www.aacademica.org/000-062/903>.

Soriano E, Londe LR, Coutinho MP. Percepção do risco de moradores de áreas suscetíveis a movimentos de massa no município de Campos do Jordão – SP. *Bol Geogr.* 2017;35(3):12-25.

Soriano E. Os desastres naturais, a cultura de segurança e a gestão de desastres no Brasil [Internet]. In: V Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL, São Paulo – 18, 19 e 20 de novembro de 2009 [cited 2017 Mar 10]. Available from: <http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2009/01/Artigo-191.pdf>

Souza LB, Zanella ME. Percepção de riscos ambientais: teoria e aplicações. Fortaleza: Edições UFC; 2009.

Spink MJ. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos do risco no cotidiano. *Ciênc Saúde Colet.* 2014;19(9): 3743-54.

Spink MJP, Medrado B, Mello RP. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicol Reflex Crít.* 2002;15(1):151-64.

Spink MJP. Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais. São Paulo: EDUC: Terceiro Nome; 2018.

Sulaiman SN, Aledo A. Desastres naturais: convivência com o risco. *Estudos Avançados*, 2016;30(88):11-23.

Suriano ALC, Reschilian PR. Urbanização, habitação e segregação socioespacial. *Rev Univap.* 2012;18(32):190-202.

Tominaga LK. Escorregamentos. In: Tominaga LK, Santoro J, Amaral R. Desastres naturais: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico; 2009.

Tuan Y. Paisagens do Medo. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Unesp; 2005.

Tuan YF. Topofilia. New Jersey: Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs; 1974.

United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction. Geneva: UNISDR; 2016.

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012. 2a ed. Florianópolis: CEPED, UFSC; 2013.

Uriarte UM. O que é fazer etnografia para antropólogos. Ponto Urbe [Internet]. 2012 [cited 2017 Oct 20];11. Available from: <https://journals.openedition.org/pontourbe/300>

Valencio N, Valencio A. Vulnerability as social oppression: the traps of risk-prevention actions. In: Marchezini V, Wisner B, Londe LR, Saito SM. Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action. São Carlos: RiMa Editora; 2017.

Valencio N. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: Valencio N. et al. (Org). Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora; 2009.

Valencio NFLS. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. Ciênc Saúde Colet. 201;19(9):3631-44.

Vargas MAR. Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. Cad Metrop. 2016;18(36):535-57.

Vial EA, Junges JR, Olinto MTA, Machado PS, Pattussi MP. Violência urbana e capital social em uma cidade no Sul do Brasil: um estudo quantitativo e qualitativo. Rev Panam Salud Publica. 2010; 28(4):289-97.



## Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifesp



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Percepção de riscos de moradoras em áreas sujeitas a escorregamentos de encostas

**Pesquisador:** JANE ZANDOMENICO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 72927317.5.0000.5505

**Instituição Proponente:** Escola Paulista de Medicina

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

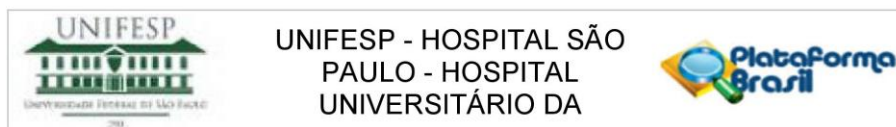
**Número do Parecer:** 2.313.632

#### Apresentação do Projeto:

Projeto CEP/UNIFESP n: 0932/2017 (parecer final)

Pesquisas têm apontado que os desastres naturais impactam tanto a realidade socioeconômica quanto a saúde mental dos atingidos. Esses impactos frequentemente atingem as populações mais pobres e dentre os afetados as mulheres são especialmente sujeitas a perdas e suas perdas econômicas afetam a família e a comunidade. A insalubridade das moradias precárias, a relação entre ambiente e saúde fragilizados pela desconexão com as políticas setoriais que deveriam tanto prover soluções em infraestrutura quanto atender as vítimas tornam o viver em áreas de risco um problema de saúde pública de grandes proporções. Estudos sobre percepção sobre riscos associados a fenômenos naturais são necessários uma vez que indivíduos inseridos em diferentes contextos sociais e com diferentes experiências de vida interpretam riscos de formas diferentes. O objetivo desta pesquisa qualitativa é entender os significados de risco para moradoras em áreas expostas a eventos físicos como o escorregamento em encostas. A pesquisa de campo será desenvolvida por meio de observação etnográfica e entrevistas em profundidade em três bairros localizados em loteamentos irregulares no município de São José dos Campos. Nesses bairros há áreas que foram mapeadas por peritos e foram

**Endereço:** Rua Francisco de Castro, 55  
**Bairro:** VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.020-050  
**UF:** SP **Município:** SAO PAULO  
**Telefone:** (11)5571-1062 **Fax:** (11)5539-7162 **E-mail:** cep@unifesp.edu.br



Continuação do Parecer: 2.313.632

classificadas como risco muito alto ? R4. Esta classificação aponta que há casas que podem ser atingidas por escorregamentos de massa. Este evento pode causar além dos danos econômicos, perdas de vidas humanas. Os dados coletados em campo serão analisados a partir de referenciais teóricos que serão levantados no desenvolvimento da pesquisa.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

-Hipótese: A doença mental pode alterar a percepção de risco em mulheres moradoras em áreas sujeitas a escorregamentos de encostas.

-Objetivo Primário: O objetivo deste estudo é entender o significado de risco associado a fenômenos naturais para mulheres moradoras em áreas expostas a eventos físicos como os escorregamentos em encostas e seus impactos na saúde mental. Para isso será importante entender como elas identificam um risco no ambiente em que vivem e as particularidades do meio social em que vivem. A doença mental será tratada como uma vulnerabilidade que pode alterar ou não a percepção dessas mulheres.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Em relação aos riscos e benefícios, o pesquisador declara:

-Riscos: Os interlocutores que serão parte da pesquisa vivem em áreas classificadas como R4, isto é, uma área sujeita a alto risco de escorregamentos de encostas. O bairro apresenta também problemas com o tráfico de drogas. Portanto, a pesquisadora deverá sempre estar acompanhada por alguém da comunidade ou da instituição. A pesquisa pode trazer algum tipo de desconforto emocional para as interlocutoras, porém, elas serão informadas por meio do TCLE de que podem parar a entrevista e sair da pesquisa se assim o desejarem.

-Benefícios: Os dados levantados pela pesquisa ajudarão a aprimorar o sistema de alertas do CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, já que o sistema conta com a variável vulnerabilidade social além de fornecer subsídios para o projeto do CEMADEN-Educação. O conhecimento gerado pela pesquisa sobre saúde mental e percepção de riscos será importante para a Saúde Coletiva pois contribuirá para a criação de políticas públicas voltadas a atendimentos de mulheres que vivem em áreas sujeitas a desastres, especialmente, para a área de Logística Humanitária.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de projeto de mestrado de Jane Zandomenico. Área de Concentração: Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Orientadora: Dra. Denise Martin. Projeto vinculado ao Departamento de

Endereço: Rua Francisco de Castro, 55  
 Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.020-050  
 UF: SP Município: SAO PAULO  
 Telefone: (11)5571-1062 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.edu.br



Continuação do Parecer: 2.313.632

Medicina Preventiva, EPM, UNIFESP.

-TIPO DE ESTUDO: A pesquisa será qualitativa e em seu desenvolvimento serão utilizadas as técnicas de observação etnográfica e entrevistas em profundidade. A fundamentação teórica a ser utilizada será a Antropologia. Observação Etnográfica e Entrevista

-LOCAL/PARTICIPANTES: As entrevistas serão realizadas com moradoras que vivem em residências localizadas nos bairros Buquirinha I, Chácara Dona Nega/Morro dos Macacos e Dona Linda e que foram classificadas como moradias localizadas em áreas de risco R4, que corresponde a risco muito alto.

-PROCEDIMENTOS: 1- Para facilitar o acesso da pesquisadora ao campo foi contatada uma organização não governamental chamada ACEL ? Associação Cristã Estância de Luz ? que tem a finalidade de atuar nas áreas educacional, social, cultural, de saúde e meio ambiente. Serão contatados também escolas próximas e unidades básicas de saúde. A pesquisadora pretende aproximar-se das moradoras por meio do trabalho desenvolvido pela ACEL. Tal cuidado é necessário devido ao tráfico de drogas que está presente em toda a região e que poderá dificultar o acesso da pesquisadora às residências. Em reunião realizada com profissionais da ACEL, foi levantado que os

moradores receiam que a Prefeitura Municipal de São José dos Campos os remova para outro local. Esta constatação deu-se quando na instalação de um pluviômetro do CEMADEN na área da ACEL, os moradores questionaram aos profissionais da ONG se o monitoramento das chuvas poderia servir de estímulo para a expulsão de suas casas. A

pesquisadora, então, se apresentará como psicóloga e mestranda em saúde coletiva e começará a abordagem das interlocutoras por meio das atividades realizadas na instituição. Evitando, a princípio, falar sobre o tema de desastres e percepção de risco. 2-Antes do início das entrevistas será solicitado que as interlocutoras assinem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a fim de que sejam asseguradas a confiabilidade e a utilização de informações sem prejudicar os interlocutores. Serão pedidas autorizações por meio deste Termo aprovado pelo Comitê de Ética em

Pesquisa (CEP) para utilização dos dados dos participantes nesta pesquisa bem como a divulgação de resultados. Caso seja necessário e se assim elas decidirem, serão usados pseudônimos para identifica-las.

3-As entrevistas serão gravadas para posterior registro em relatório e possivelmente serão realizadas nas dependências da ACEL. Caso elas permitam será realizada na própria residência das interlocutoras.

Endereço: Rua Francisco de Castro, 55  
Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.020-050  
UF: SP Município: SAO PAULO  
Telefone: (11)5571-1062 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.edu.br





Continuação do Parecer: 2.313.632

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

1- Foram apresentados os principais documentos: folha de rosto; projeto completo; cópia do cadastro CEP/UNIFESP, orçamento financeiro e cronograma apresentados adequadamente. 2-TCLE a ser aplicado aos participantes

**Recomendações:**

Atenção: o CEP/UNIFESP mudou de endereço: favor corrigir no TCLE. Novo endereço: Rua Prof. Francisco de Castro, n: 55, - 04020-050. O E-mail é: CEP@unifesp.edu.br. Os telefones continuam os mesmos (011-5571-1062; 011-5539-7162)

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Trata-se de respostas ao parecer n:2.252.778, de 31 de agosto de 2017.Aprovado

1- Enviar o roteiro da entrevista.

PENDÊNCIA CUMPRIDA.

2- apresentar orçamento e financiador.

PENDÊNCIA CUMPRIDA.

3- Em relação ao TCLE:

a)- o documento não está em formato adequado: o TCLE não é uma declaração de autorização do participante, mas sim um convite por parte do pesquisador. Favor redigir novamente, dirigindo-se sempre ao participante (exemplo: "Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo..."; "Se concordar em participar desta pesquisa, você irá colaborar sendo entrevistada em um local de sua escolha." etc.). No final do documento poderá haver um parágrafo de declaração do participante, concordando com todas informações dadas. Separar este parágrafo final com um subtítulo, por exemplo: "Declaração do participante".;

PENDÊNCIA CUMPRIDA

b)- informar os direitos do participante em caso de danos (exemplo: "Se ocorrer qualquer problema ou dano pessoal durante ou após os procedimentos aos quais o Sr. será submetido, lhe será garantido o direito a tratamento gratuito na Instituição e o Sr. terá direito a indenização

Endereço: Rua Francisco de Castro, 55  
Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.020-050  
UF: SP Município: SAO PAULO  
Telefone: (11)5571-1062 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.edu.br





Continuação do Parecer: 2.313.632

determinada por lei." );

PENDÊNCIA CUMPRIDA.

c)- Atenção: o CEP/UNIFESP mudou de endereço: favor corrigir no TCLE. Novo endereço: Rua Prof. Francisco de Castro, n: 55, - 04020-050. O E-mail é: CEP@unifesp.edu.br. Os telefones continuam os mesmos (011-5571-1062; 011-5539-7162);

PENDÊNCIA CUMPRIDA.

d)- todas as páginas devem ser numeradas (ex: 1/4, 2/4, etc.), mesmo que seja uma só (1/1) as quais deverão ser rubricadas pelo pesquisador e pelo participante da pesquisa no momento da aplicação do TCLE. ;

PENDÊNCIA CUMPRIDA.

e)-no campo de assinaturas, além da assinatura, inserir local para o nome do participante, nome da eventual testemunha ( se o participante for analfabeto) e do pesquisador que irá aplicar o TCLE.

PENDÊNCIA CUMPRIDA.

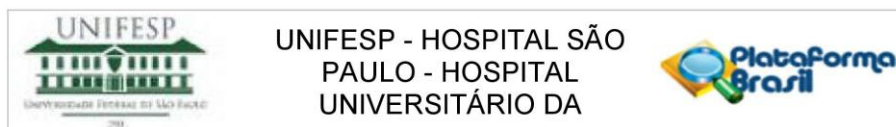
#### Considerações Finais a critério do CEP:

Lembramos que, a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (anualmente), e o relatório final, quando do término do estudo.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_935652.pdf	11/09/2017 11:35:18		Aceito

Endereço: Rua Francisco de Castro, 55  
 Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.020-050  
 UF: SP Município: SAO PAULO  
 Telefone: (11)5571-1062 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.edu.br



Continuação do Parecer: 2.313.632

Outros	ROTEIROOBSERVACAO.pdf	11/09/2017 11:34:44	JANE ZANDOMENICO	Aceito
Outros	ROTEIROdeENTREVISTA.pdf	11/09/2017 11:31:45	JANE ZANDOMENICO	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	RECURSO.pdf	11/09/2017 11:30:48	JANE ZANDOMENICO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/09/2017 11:29:50	JANE ZANDOMENICO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_janezandomenico.pdf	11/09/2017 11:25:41	JANE ZANDOMENICO	Aceito
Outros	ComiteEtica.pdf	07/08/2017 16:32:55	JANE ZANDOMENICO	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoassinada.pdf	07/08/2017 16:31:48	JANE ZANDOMENICO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO PAULO, 04 de Outubro de 2017

Assinado por:  
Miguel Roberto Jorge  
(Coordenador)

Endereço: Rua Francisco de Castro, 55  
Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.020-050  
UF: SP Município: SAO PAULO  
Telefone: (11)5571-1062 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.edu.br



## **Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista**

Inicialmente, a pesquisadora se apresentará informando à entrevistada que ela é aluna do curso de Saúde Coletiva e que gostaria de realizar uma entrevista e conhecer o local onde a entrevistada mora.

Serão apresentadas à entrevistada, 02 (duas) vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisadora pedirá que a entrevistada leia e, caso tenha dúvidas, a pesquisadora irá prestar os esclarecimentos necessários. Uma via ficará com a entrevistada.

No caso de a entrevistada não ser alfabetizada, a pesquisadora diante de uma testemunha explicará sobre o Termo e pedirá que a testemunha assine.

A entrevista buscará abordar os tópicos abaixo:

1. Nome/pseudônimo (nome fictício), idade, atividades que exerce (trabalha ou não), quantos anos frequentou a escola;
2. Local de origem, dela e da família (se não é do local, quando chegou, como, porque);
3. Como chegou neste lugar de moradia? Onde morava anteriormente? (serão verificados os locais de moradia anteriores, as condições da moradia);
4. Quem construiu a casa que você mora? (explorar quem construiu, se participou da construção, se tem identidade com o local, se é um lugar de passagem, se é própria ou alugada);
5. O que tem de bom em morar neste local? (serão explorados o acesso ao lazer, áreas verdes, segurança, espaço para crianças brincar, entre outros);
6. O que você faz para se divertir? (festas, bares, religião, ir para outros locais, locais em que vai com frequência, entre outros);
7. Explorar equipamentos sociais e presença do Estado no bairro: escola, UBS, polícia, equipamento de assistência social;
8. O que tem de ruim no bairro? (desvantagens de se morar no bairro, descobrir o que desagrada);
9. Quem mora com você? (idade, parentesco, afinidade, o que fazem como meio de vida);

10. A vizinhança é próxima? (serão exploradas as relações com pessoas do local, com quem pode contar em caso de dificuldades);
11. Como você se sente atualmente em termos de saúde? (se refere alguma doença, se sim, qual ou quais, como se trata, se toma algum remédio, se faz uso de chás, fitoterapia, benzedadeiras). Neste tópico serão exploradas as queixas, os itinerários terapêuticos, acesso a serviços, ESF.
12. Investigar o uso remédios para se acalmar ou dormir melhor ou se usa outro tipo de estratégia;
13. Você costuma procurar outras pessoas para ajudá-la a tratar de sua doença?
14. Você identifica algum perigo em morar aqui?
15. Você sabe se já ocorreu algum deslizamento neste local? Se sim, porque aconteceu?
16. O que você acha que pode causar estes desastres?
17. Você acha que as pessoas que moram aqui estão preocupadas com a possibilidade de desastres? (serão exploradas as razões do sim e do não);
18. Você acha que os moradores podem fazer alguma coisa para evitar estes desastres? Se sim, o que, se não, qual o motivo? (será explorado se tem medo no cotidiano, tanto em nível pessoal quanto pelo coletivo);
19. Se já viveu uma situação de desastre (será explorado o que aconteceu, como agiu, com quem pôde contar, familiares, vizinhos, Defesa Civil. Será explorada a sociabilidade na crise);
20. Além do seu trabalho, você possui algum benefício social? (Bolsa família, auxílio doença, aposentadoria);
21. Você tem alguma crença ou religião? (o que pratica e como);

Se você pudesse dar uma sugestão para o poder público, o que você mudaria em seu bairro?

## **Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Prezada participante,

Você está sendo convidada para participar de uma entrevista sobre percepção de perigos em áreas sujeitas a escorregamentos de encostas.

Trata-se de um projeto de mestrado realizado pela pesquisadora Jane Zandomenico do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo.

Concordando em participar desta pesquisa, você poderá ser entrevistada em um local de sua escolha. Entretanto, a entrevista será gravada e você poderá utilizar um nome falso.

Se alguma pergunta lhe trazer desconforto, você não precisa respondê-la, basta falar para a pesquisadora que você não se sente à vontade. Você também pode, caso queira, interromper a entrevista a qualquer momento.

O acesso às suas respostas será reservado à pesquisadora Jane Zandomenico. Nenhuma identificação será usada em nenhum relatório, artigo ou apresentação dos resultados do estudo. Os dados obtidos serão utilizados somente nesta pesquisa.

A vantagem que você terá ao participar deste estudo é a de contribuir para o debate sobre os perigos que existem em seu bairro e a saúde pública.

Você tem direito a receber informações atualizadas durante qualquer fase deste estudo. No caso de haver perguntas, dúvidas ou comentários quanto a sua participação neste estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Jane Zandomenico, na rua Botucatu, 740, 4º andar – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Unifesp, ou pelo telefone (11) 5576-4848 ramal 1879.

No caso de dúvidas em relação aos aspectos éticos em pesquisa, você deverá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Rua Prof. Francisco de Castro, n:55, CEP: 04020-050. O e-mail é [CEP@unifesp.edu.br](mailto:CEP@unifesp.edu.br). Os telefones são: (011) 5571-1062 e (011) 5539-7162.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa.

Sua participação neste estudo é voluntária e você pode retirar seu consentimento e abandonar a pesquisa a qualquer momento.

Obs.: esse termo consta de três páginas e foi elaborado em três vias originais, que deverão ser rubricadas e assinadas, sendo que uma ficará com o participante da pesquisa, outra com o responsável pela pesquisa e outra para arquivamento na universidade, caso necessário.

### **DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE**

Eu, \_\_\_\_\_, fui informada sobre o estudo “Percepção de riscos de moradoras em áreas sujeitas a escorregamentos de encostas”, tendo como objetivo compreender a percepção de riscos de escorregamentos na região em que moro.

Acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações que li ou que me foram lidas, descrevendo o estudo “Percepção de riscos de moradoras em áreas sujeitas a escorregamentos de encostas”.

Eu discuti com a pesquisadora Jane Zandomenico sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, como a entrevista será realizada, as garantias de confidencialidade e de esclarecimento permanentes. Ficou claro também que não terei nenhum gasto ou ganho financeiro com a pesquisa.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Local e data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura da testemunha

Local e data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

Local e data:

## **Bibliografia consultada**

Academia Brasileira de Letras. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, Volp. Busca no vocabulário. [Internet]. 2016 Set [cited 2018 Feb 01]. Available from: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>

Normas para teses e dissertações [internet]. 2ª. ed. rev. e corrigida. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, Biblioteca Antônio Rubino de Azevedo, Coordenação de Curso; [cited 2018 Ago 30]. Available from: <http://www.bibliotecacsp.unifesp.br/Documentos-Apostila/normas-para-teses-e-dissertacoes>

Patrias K. Citing medicine: the NLM style guide for authors, editors, and publishers [Internet]. 2nd ed. Wendling DL, technical editor. Bethesda (MD): National Library of Medicine (US); 2007 [updated 2009 Oct 21; cited 2018 Apr 29]. Available from: <http://www.nlm.nih.gov/citingmedicine>

Pereira TA, Montero EFS. Terminologia DeCS e as novas regras ortográficas da língua portuguesa: orientações para uma atualização[Internet]. Acta Cir Bras [Internet]. 2016 [cited 2018 Jan 10];27(7):509-14. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/acb/v27n7/a14v27n7.pdf>